



## Índice

- 01** AM – Íntegra da decisão da Justiça Federal sobre a liminar do MPF a respeito de “A Crítica de Humaitá e Francisco das Chagas de Souza”
- 02** AM – Justiça Federal acata pedido do MPF e manda remover posts em portais e no Facebook com ofensas a indígenas
- 03** Indígena brasileira lidera protesto em Paris contra mega-barragens na Amazônia
- 04** Operação retira 60 garimpeiros de Terra Indígena Yanomami, em RR
- 05** 14 de março: Dia Internacional de Luta contra as Barragens
- 06** III Colóquio Internacional Sobre Povos e Comunidades Tradicionais, 22 a 25/04, Unimontes
- 07** FAOR – Os impactos dos projetos econômicos e o extermínio de Culturas: energia e mineração em Terras e Rios dos Povos Originários – 17 e 18/03, UNB
- 08** Diante de fraude na saúde, indígenas do sul da Bahia cobram soluções
- 09** MS – O advogado Terena Luiz Henrique Eloy recebe seu título de Mestre na Retomada de Taunay/Ipegue. Bela vitória!
- 10** Especial Repórter Brasil: Transposição do São Francisco ameaça terras indígenas
- 11** Hidrelétricas na Amazônia e violações de direitos: Rondônia hoje, Pará amanhã?
- 12** A contínua matança de indígenas na BR-463, Dourados, Mato Grosso do Sul



- 13** A Marcha iluminada dos Tupinambá
- 14** Recuperando áreas degradadas na Amazônia, mais um projeto apoiado pelo Fundo Dema
- 15** Marcha dos povos da Cabruca e da Mata Atlântica à Serra do Padeiro, em apoio aos Tupinambá. Dois minutos de união e beleza!
- 16** Coapima marca audiência pública na OAB e exige presença de Antônio Alves para discutir indicação para o DSEI/MA
- 17** Carta Final da Marcha dos Povos da Cabruca e da Mata Atlântica "Em defesa das terras sagradas dos Tupinambá"
- 18** Presidência desapropria terras em Rondela, Bahia, para a Comunidade Indígena Tuxá
- 19** Cacique Babau, na Serra do Padeiro: "temos que revolucionar o nosso querer e conquistar autonomia"
- 20** Cientistas lançam manifesto em defesa dos rios e apontam descontrole na construção de hidrelétricas
- 21** Indígena morre após ser espancada em aldeia de Caarapó, MS, diz polícia
- 22** Governo desapropria terras na Bahia para comunidade indígena Tuxá
- 23** Salão Verde: entidades denunciam violação de direitos indígenas à ONU
- 24** Funai analisa pedido de reconsideração da Agetrans para pavimentar TO 126
- 25** UEMS prepara negros e indígenas para a pós-graduação



- 26** [Reunião em Guaira debate invasão indígena na região](#)
- 27** [Educadores trocam experiências durante Seminário de Educação Indígena](#)
- 28** [MPF se reúne com vice-governador do Amazonas para garantir regularização fundiária em unidades de conservação](#)
- 29** [Índios Kaingang acampam na Esplanada dos Ministérios, em Brasília e bloqueiam BR-285 no RS](#)
- 30** [Manifesto em defesa da Comunidade dos Remanescentes do Quilombo São Roque, Praia Grande, SC](#)
- 31** [Indígenas denunciam descaso com a Funai em Parintins](#)
- 32** [Mil adolescentes serão vacinadas contra HPV nas aldeias a partir de hoje](#)



**AM – Íntegra da decisão da Justiça Federal sobre a liminar do MPF a respeito de “A Crítica de Humaitá e Francisco das Chagas de Souza”**  
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.03.2014



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO AMAZONAS

Processo Nº 0002601-26.2014.4.01.3200 - 1ª VARA FEDERAL  
Nº de registro e-CVD 00036.2014.00013200.2.00582/00136

DECISÃO Nº : 73-B/2014  
PROCESSO Nº : 0002601-26.2014.4.01.3200  
CLASSE : AÇÃO CIVIL PÚBLICA  
ASSUNTO : PUBLICIDADE E PROPAGANDA - PRÁTICAS COMERCIAIS -  
CONSUMIDOR  
AUTOR : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
RÉU : A CRÍTICA DE HUMAITÁ

**DECISÃO**

**RELATÓRIO**

Trata-se de ação civil pública proposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, em face de A CRÍTICA DE HUMAITÁ e FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUZA, na pleiteia o reconhecimento da prática de ilícitos em decorrência de publicações vinculadas no “Portal Apuí”, em desfavor do povos indígenas, em especial o kagwahiva tenharim.

Alega que os municípios de Humaitá, Manicoré e Apuí vivem dias de intensa convulsão social, desde dezembro de 2013, em razão da morte de um indígena (Ivan Tenharim) e o desaparecimento de três pessoas que se dirigiam de Humaitá a Apuí, que deveriam passar pela terra indígena até chegar ao seu destino, gerando um estado de rebelião sem precedentes na região.

Afirma que a publicação “A Crítica de Humaitá”, de responsabilidade do de Francisco da Chagas, organiza-se através de uma página na internet e tem veiculado notícias com forte conteúdo discriminatório contra os indígenas da etnia em questão, com incitação ao ódio. Alega que também o responsável por tal página mantém o perfil na rede social Facebook, onde reproduz alguma das notícias, com comentários em nível bastante agressivo dos leitores.

Transcreve, exemplificativamente, algumas notícias cujo texto considera abusivo.

Sustentando que houve abuso no exercício do direito da liberdade de expressão, requer, em sede liminar, que o demandado apague, em 48 (quarenta e oito) horas, todas as publicações e comentários feitos, desde 1/12/2013, na página em questão, que tratem do povo indígena tenharim, bem como seja determinado que se abstenha imediatamente de fazer novas publicações, sob pena de imposição de multa diária.

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO ÉRICO RODRIGO FREITAS PINHEIRO em 28/02/2014, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.  
A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 3125883200242.

Pág. 1/8



---

**AM – Justiça Federal acata pedido do MPF e manda remover posts em portais e no Facebook com ofensas a indígenas**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.03.2014

Decisão liminar manda remover publicações no Facebook e fixa multa a ser aplicada caso novas notícias com o mesmo tom sejam publicadas

A Justiça Federal no Amazonas acatou o pedido de medida liminar feito pelo Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) em ação civil pública e determinou que o administrador das páginas “A Crítica de Humaitá” e “Chaguinha de Humaitá” no Facebook, Francisco das Chagas de Souza, remova uma série de comentários e textos veiculados com ofensas, incitação ao ódio, injúrias e conteúdo discriminatório contra os povos indígenas da etnia Tenharim, veiculadas desde dezembro de 2013.

De acordo com a decisão, as publicações passam a ser abusivas quando ostentam tom discriminatório e injurioso, bem como quando visam atribuir a todo o grupo indígena a responsabilidade pela prática do ato ilícito, incitando a população ao ódio contra a etnia.

Caso não cumpra a decisão, continue a publicar notícias com tom discriminatório e ofensivo contra o povo indígena Tenharim ou não remova comentários com essas características no prazo máximo de 48 horas, o administrador deverá pagar multa diária de R\$ 800.

A decisão liminar prevê também a intimação do Facebook, em São Paulo, determinando a retirada do conteúdo mencionado.

#### Conflitos e violência

A região do sul do Amazonas vive dias de instabilidade desde dezembro de 2013 em função da morte de um indígena e do desaparecimento de três pessoas na área da terra indígena Tenharim Marmelos, cortada pela rodovia Transamazônica (BR-230). Ainda no início dos conflitos, o MPF/AM identificou uma série de mensagens discriminatórias publicadas em páginas de redes sociais e portais de notícia da região e expediu recomendação com o objetivo de cessar a incitação à violência e discurso de preconceito contra indígenas da etnia tenharim.

Segundo a ação, em uma das mensagens divulgadas generaliza-se a responsabilidade pela prática de homicídio contra pessoas desaparecidas, com a expressão “assassinato de três pessoas cometido pelos índios ‘tenharim’”; em outro trecho, houve incitação ao ódio contra a etnia, com a frase “até o momento nenhum índio foi ferido ou morto por retaliação em busca de justiça”.

#### Liberdade de expressão x práticas abusivas

Para o MPF/AM, o direito à liberdade de expressão é indispensável para o exercício da democracia, mas não foi criado de forma absoluta, sem restrições, e deve ser exercido com



**Boletim de Notícias** - Edição nº 48./ 2014

Brasília, 17 de março de 2014.

ponderação e garantia do contraditório. “A atividade jornalística não goza de liberdade plena, devendo ser compatibilizada a garantia constitucional com o respeito aos demais direitos fundamentais previstos na Constituição, notadamente aqueles que buscam fundamento direto no princípio da dignidade da pessoa humana”, ressalta um trecho da ação.

Nos argumentos apresentados à Justiça, o MPF também afirma que atribuir qualidades negativas discriminatórias a um grupo de indivíduos, como fez o jornalista processado, atinge a dignidade deste grupo perante a sociedade, o que constitui abuso do direito de expressar-se livremente. “Ao agir de forma que extrapola o âmbito de proteção do direito à liberdade de expressão/imprensa, surge a necessidade de remover os ilícitos causados, bem como de inibir o réu a adotar condutas similares no futuro”, defende o órgão em outro trecho do documento.

Ainda na ação civil pública, o MPF pede que, ao final da tramitação do processo, o administrador das páginas A Crítica de Humaitá e Chaguinha de Humaitá seja condenado ao pagamento de indenização por dano moral coletivo, no valor de R\$ 100 mil, a ser revertido à comunidade indígena.

A ação continua tramitando na 1ª Vara Federal no Amazonas, sob o número 2601-26.2014.4.01.3200.

Assessoria de Comunicação  
Procuradoria da República no Amazonas

**Indígena brasileira lidera protesto em Paris contra mega-barragens na Amazônia**  
SÍTIO SURVIVAL INTERNACIONAL, 14.03.2014



A indígena brasileira Sônia Guajajara e mais de cem apoiadores se manifestaram em Paris hoje, contra a construção de mega-barragens na Amazônia brasileira  
© Survival International

A indígena brasileira Sônia Guajajara liderou um protesto hoje em Paris – Dia Internacional de Ação pelos Rios – pedindo a suspensão da construção de mega-barragens na Amazônia.

A Sônia levou mais de cem manifestantes para os escritórios das empresas francesas GDF Suez, EDF e Alstom, que estão envolvidos na construção de várias barragens destrutivas.

O grupo formou 'ondas humanas', que se chocaram contra os edifícios dos escritórios para representar a destruição de grandes barragens amazônicas pelo movimento global contra as barragens. O grupo também levou suas mensagens para o Rio Sena. Apoiadores da Survival carregaram cartazes com as palavras 'Pare barragens na Amazônia'.

Sônia, da tribo Guajajara no nordeste da Amazônia, é a coordenadora nacional da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

Ela disse, 'A reputação do Brasil está em jogo... Estamos aqui para trazer visibilidade ao

CONT.

preconceito inaceitável e a discriminação sofrida pelos povos indígenas e exigimos que isso pare.'

Apesar de forte oposição, o Brasil está avançando com suas construções da enorme barragem de Belo Monte, no Rio Xingu, e as barragens dos rios Madeira e Tapajós, todas no coração da floresta amazônica.



A Sônia Guajajara exigiu que o governo brasileiro e as empresas GDF Suez, EDF e Alstom parem de construir barragens destrutivas.

© Survival International

Milhares de índios estão se manifestando contra esses projetos, advertindo que estão devastando a floresta e colocando em risco a vida dos milhares de índios que vivem lá.

Líder indígena Megaron Kayapó disse: 'Quais rios teremos para pescar? O Xingu é nosso rio, nosso supermercado... Vivemos pela caça, pesca e plantio... Sempre fomos contra (Belo Monte), e seremos sempre contra'.

Os índios isolados que vivem perto das construções das barragens podem ser completamente dizimados por doenças externas trazidas pelos milhares de imigrantes sendo atraídos para as áreas.

Na terça-feira, Sônia denunciou o abuso do Brasil dos direitos indígenas na Organização das Nações Unidas em Genebra, incluindo os planos do governo e de alguns latifundiários para enfraquecer os direitos indígenas e abrir territórios indígenas a enormes projetos industriais.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 48./ 2014

Brasília, 17 de março de 2014.

O Diretor da Survival França, Jean-Patrick Razon, disse hoje, 'As demandas da Sônia hoje em Paris, apenas três meses antes da Copa do Mundo, são mais uma alerta do escândalo de direitos humanos infligido aos índios por essas empresas francesas, e pelo Estado brasileiro. Quando eles vão ouvir e acabar com isso de uma vez por todas?'

A visita de Sônia na Europa foi coordenada pelas organizações Amazon Watch, France Libertés e Planète Amazone.



---

**Operação retira 60 garimpeiros de Terra Indígena Yanomami, em RR**  
SÍTIO G1, 14.03.2014

*Ação de combate ao garimpo ilegal é realizada pela Funai, PF e PM.  
Garimpeiros saíram de forma pacífica, nesta quinta-feira (13).*

Iniciada há um mês, a operação 'Korekorema', que visa combater o garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami em Roraima, resultou na saída pacífica de 60 garimpeiros que atuavam na região. Os homens se apresentaram nesta quinta-feira (13) na Fazenda Pacu, noroeste de Roraima. A ação é realizada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) em parceria com as polícias Federal e Militar.

Segundo João Catalano, coordenador da Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami e Ye'kuana (FPEYY), quando a operação começou, balsas e vias de acesso a um ponto de garimpo foram desativados para que os homens que trabalhavam no local se entregassem pacificamente. Alguns garimpeiros fugiram e se esconderam em florestas da região. Mas sem suprimentos, os homens se entregaram à polícia.

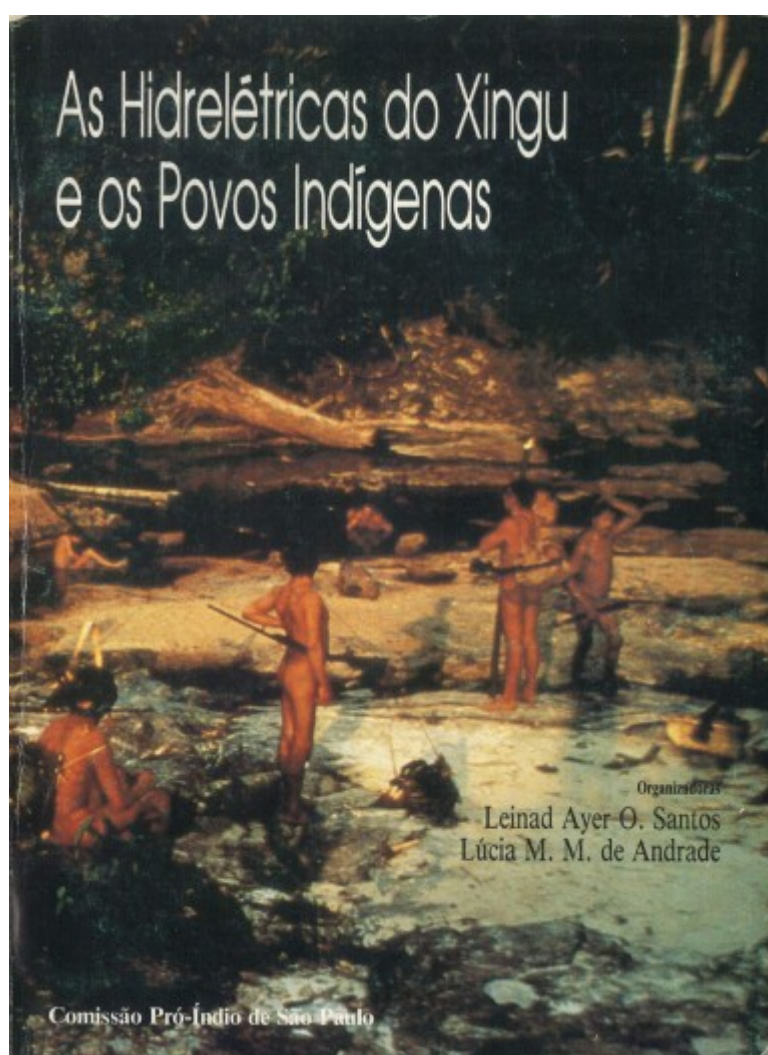
"A estratégia era impedir a logística e alimentação dos garimpeiros e fazer com que eles se entregassem pacificamente. O plano deu certo e após ficarem alguns dias escondidos na mata, eles se entregaram aos policiais em Waikais. Eles foram levados para a Fazenda Pacu e liberados", disse.

Ainda segundo Catalano, os homens que se entregaram foram identificados, mas não serão indiciados, pois não estavam mais praticando o garimpo ilegal. "Eles só serão administrativamente notificados por terem permanecido dentro da área de reserva indígena sem autorização legal", disse.

A operação 'Korekorema' segue com as atividades e não tem previsão para encerrar. A expectativa é que, com a realização de outras operações, os rios Uraricoera, Mucajaí e Apiaú fiquem limpos da atividade de garimpo ilegal.

**14 de março: Dia Internacional de Luta contra as Barragens**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.03.2014



Comissão Pró-Índio de São Paulo

No Dia Internacional de Luta contra as Barragens, a Comissão Pró-Índio de São Paulo disponibiliza a versão eletrônica do livro *As Hidroelétricas do Xingu e os Povos Indígenas* que em 1988 já questionava o projeto de barrar o Rio Xingu.



Boletim de Notícias - Edição nº 48./ 2014

Brasília, 17 de março de 2014.

### III Colóquio Internacional Sobre Povos e Comunidades Tradicionais, 22 a 25/04, Unimontes

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.03.2014

**SUBMISSÃO DE TRABALHOS ATÉ 04 DE ABRIL**

**III COLÓQUIO INTERNACIONAL**  
POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS  
CONTRIBUIÇÕES DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS PARA OUTRO DESENVOLVIMENTO  
III International Colloquium on Traditional Peoples and Communities  
Contribution of Traditional Peoples and Communities for Another Development

**22 a 25 de abril**  
Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro - Unimontes  
Envio de trabalhos até 15 de março

Informações:  
[www.ppgds.unimontes.br/terceirocoloquio](http://www.ppgds.unimontes.br/terceirocoloquio)  
e-mail: [secretaria3coloquio@outlook.com](mailto:secretaria3coloquio@outlook.com)

**EIXOS TEMÁTICOS:** Economias | Identidade, Território e Cultura | Educação e Saberes Tradicionais | Sociobiodiversidade e Sustentabilidade

Atendendo a solicitações da comunidade acadêmica foi prorrogado para o dia 04 de abril de 2014 o prazo para submissão de trabalhos para o **III Colóquio Internacional Sobre Povos e Comunidades Tradicionais**

**Eixos de discussão:**  
Identidade, Território e Cultura;  
Educação e Saberes Tradicionais;  
Sociobiodiversidade e Sustentabilidade;  
Economias.

<http://www.ppgds.unimontes.br/terceirocoloquio>  
<https://www.facebook.com/groups/1426787814228683/>

Povos e comunidades tradicionais têm se articulado de modo crescente na sociedade brasileira e no contexto internacional. A condição de articulação dos diferentes grupos tradicionais e seu reconhecimento público nos níveis nacional e internacional se apresenta de modo diferenciado. Muitos grupos já concluíram seus processos de auto-identificação, outros encontram-se em diferentes etapas e, finalmente, existem aqueles que ainda nem iniciaram esta caminhada. Mas, há que se destacar que a visibilidade desses grupos aumentou muito nos últimos anos, tanto no Brasil como também em outros países. Os institutos estatísticos em diversos países registraram um crescimento enorme das populações indígenas. No caso do Brasil, é notório o aumento de processos de auto-identificação das comunidades quilombolas.

Mesmo que a influência dos povos e comunidades tradicionais na política e na agenda do desenvolvimento geral no Brasil seja ainda muito reduzida, estes grupos não podem mais ser ignorados. Concomitantemente, os debates científicos têm levantado evidências incontestáveis que os povos e comunidades tradicionais continuam sendo ameaçadas pelos grandes projetos de desenvolvimento e pelas diversas unidades da conservação.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 48./ 2014

Brasília, 17 de março de 2014.

O objetivo do III Colóquio Internacional sobre Povos e Comunidades Tradicionais é articular debate, ações políticas e contribuições para um outro modelo de desenvolvimento que inclua as distintas visões de mundo e práticas sociais dos povos e comunidades tradicionais do Brasil e de outros países. Tal articulação se dará em torno das discussões realizadas pela academia, pelos movimentos sociais e movimentos de territorialização, visando garantir os direitos dos povos e comunidades tradicionais, dar visibilidade às suas reivindicações territoriais e sua existência política, além de apresentar propostas inovadoras no debate sobre outro desenvolvimento. É também, momento de articulação e de troca de experiências entre os diversos grupos sociais com especificidades históricas e culturais próprias. Estarão presentes indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais e intelectuais do Brasil, da Alemanha, da Índia, da Colômbia e outros países.

O colóquio tem como proposta mesclar mesas e espaços de diálogos nos quais a academia e os povos tradicionais possam debater a partir de quatro eixos temáticos:

- 1) Identidade, Território e Cultura;
- 2) Educação e Saberes Tradicionais;
- 3) Sociobiodiversidade e sustentabilidade e
- 4) Economias.

Mais informações sobre o colóquio estão disponíveis no site ou no grupo interação na rede social Facebook.

**Cientistas lançam manifesto em defesa dos rios e apontam descontrolado na construção de hidrelétricas**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.03.2014



**Os Impactos dos  
PROJETOS ECONÔMICOS E  
O EXTERMINIO DE CULTURAS:  
ENERGIA E MINERAÇÃO  
EM TERRAS E RIOS dos  
POVOS ORIGINÁRIOS**

Realização:  


Apoio:  
 

**Espaço Darcy Ribeiro (Beijódromo) - UnB - 17 e 18/março/14**

O FAOR – Fórum da Amazônia Oriental é uma Rede que engloba uma diversidade de atores sociais da Amazônia Oriental, representados através de organizações de variados tipos e tamanhos, atuando nos Estados do Amapá, Maranhão, Pará e Tocantins, a partir de diversas temáticas, articulando-se num espaço único para desenvolver ações conjuntas em vista do combate a todas as formas de desigualdades, discriminação e violência e em favor de políticas públicas inclusivas e sustentáveis sob todos os aspectos (ambiental, social, econômico e cultural), além de enfrentar radicalmente o modelo hegemônico desenvolvimentista no Brasil – e na Amazônia, em especial -, que viola direitos, provocando injustiça socioambiental.

Considerando este contexto e, mais fortemente, o impacto dos grandes projetos de barragens e de mineração em terras quilombolas e indígenas, o FAOR, com apoio da UNB e da ASW, realizará um Simpósio sobre Os impactos dos Projetos Econômicos e o Extermínio de Culturas: Energia e Mineração em Terras e Rios dos Povos Originários, visando fortalecer a luta das populações atingidas (indígenas, mulheres, ribeirinhos, pescadores, extrativistas) pelos projetos de barragens nos rios Xingu e Tapajós e seus principais afluentes, na perspectiva de garantia de seus direitos socioambientais. O Simpósio terá como eixo central Mineração e Barragens em terras e rios de povos originários e seus impactos em suas culturas e seus modos de vida e será realizado nos dias 17 e 18 de março, de 9 às 18, no Espaço Darcy Ribeiro (Beijódromo) da UNB. Estarão presentes, entre outros, o procurador do MPF no Pará, Felício Pontes, e a subprocuradora geral da República, Deborah Duprat, falando sobre consulta prévia e a Convenção 169 da OIT. Abaixo, a Programação:

CONT.



## PROGRAMAÇÃO

2º dia - 18 de março de 2014

08h:00

### **Mesa 3 - Mineração e seus impactos nas populações originárias**

Padre Dário - Justiça nos Trilhos

Josias Munduruku

Josinei Arara – Volta Grande do Xingu (Belo Sun)

#### **Debate**

10h:00 - Lançamento do livro "Mulheres Brasileiras na Conexão Ibérica: um estudo comparado entre migração irregular e tráfico"

10h:30

### **Mesa 4 - Tráfico humano para a exploração sexual nas áreas de grandes projetos de Mineração e Hidrelétricas**

Marcel Hazeu - Só Direitos/FAOR

Iremar Ferreira – Movimento Madeira Vivo

Professora Maria Lúcia Pinto Leal – Universidade de Brasília

11h:30 Debate

12h:30 Almoço

14h:00

### **Mesa 5 - Consulta Prévia – Convenção 169 da OIT**

Felício Pontes – Ministério Público Federal

Deborah Duprat – Procuradoria Geral da República

Fernando Prioste – Terra de Direitos

Moderação: Telma Monteiro – ativista ambiental/FAOR

17h:00 Leitura e aprovação da Carta do Simpósio

CONT.



## PROGRAMAÇÃO

2º dia - 18 de março de 2014

08h:00

### **Mesa 3 - Mineração e seus impactos nas populações originárias**

Padre Dário - Justiça nos Trilhos  
Josias Munduruku  
Josinei Arara – Volta Grande do Xingu (Belo Sun)

#### **Debate**

10h:00 - Lançamento do livro "Mulheres Brasileiras na Conexão Ibérica: um estudo comparado entre migração irregular e tráfico"

10h:30

### **Mesa 4 - Tráfico humano para a exploração sexual nas áreas de grandes projetos de Mineração e Hidrelétricas**

Marcel Hazeu - Só Direitos/FAOR  
Iremar Ferreira – Movimento Madeira Vivo  
Professora Maria Lúcia Pinto Leal – Universidade de Brasília

11h:30 Debate

12h:30 Almoço

14h:00

### **Mesa 5 - Consulta Prévia – Convenção 169 da OIT**

Felício Pontes – Ministério Público Federal  
Deborah Duprat – Procuradoria Geral da República  
Fernando Prioste – Terra de Direitos  
Moderação: Telma Monteiro – ativista ambiental/FAOR

17h:00 Leitura e aprovação da Carta do Simpósio

## **Diante de fraude na saúde, indígenas do sul da Bahia cobram soluções**

SÍTIO CIMI, 15.03.2014



Na semana em que veículos da imprensa denunciaram um amplo esquema de corrupção e fraude envolvendo a saúde indígena em vários estados do Brasil, uma delegação de 46 lideranças indígenas do sul da Bahia – um dos estados envolvidos – esteve nesta semana em Brasília a fim de demandar investigação sobre os contratos de saúde indígena, assim como soluções para os diversos problemas estruturais desta área. Composto por caciques e lideranças dos povos Pataxó, Tupinambá e Tuxá, o grupo também reivindicou o arquivamento da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, do Projeto de Lei Complementar (PLP) 227 e da Portaria 303, além de reivindicar a finalização dos processos de demarcação das terras tradicionalmente indígenas localizadas na região.

O cenário da saúde indígena no Brasil é cada vez mais desolador. Enquanto indígenas continuam morrendo por falta de postos de saúde, infraestrutura e até medicamentos básicos, um esquema de fraude de licitações milionárias do Ministério da Saúde, envolvendo contratos da Saúde Indígena, veio à tona nos últimos dias e oito pessoas foram afastadas do ministério. “Pra gente o que estão fazendo é roubo na saúde indígena. Queremos a exoneração do Antonio Alves porque o contrato foi elaborado por ele, pelo ex-ministro Alexandre Padilha e pela diretora do Dsei na Bahia, a Nancy”, denuncia Adenilton Tuxá, coordenador do Movimento dos Povos e Organizações Indígenas do estado da Bahia (Mupoiba).

CONT.



Uma auditoria identificou oscilação de até R\$ 10 mil nos preços pagos para locação de veículos em distritos indígenas. Em nota, o Ministério da Saúde confirmou ter constatado uma oscilação considerável nos preços pagos para as locações de veículos em diferentes estados, como no caso do aluguel de caminhonetes. "Estamos preocupados com a questão do contrato milionário. Contrato que não teve participação alguma dos indígenas. Se o ministério fizesse as coisas com transparência, não precisávamos estar aqui", aponta o cacique Antonio Pataxó.

Enquanto o Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) de Rondônia pagava R\$ 10.558,33 por mês por cada carro, o Dsei de Cuiabá pagava R\$ 20.500,73. A diferença também era constatada no aluguel de vans. Na Bahia, o aluguel era de R\$ 20.220,00. No Mato Grosso, de R\$ 25.302. O Ministério ainda afirma que além da diferença nos valores pagos, "identificou falhas no contrato para locação de veículos firmado pelo Dsei" e que as contratações estão sendo investigadas pela Controladoria Geral da União (CGU).

"Queremos melhoria na qualidade da saúde. Enquanto os grandes estão aí roubando, nossa comunidade está precisando de medicamento básico que não temos e transporte, pois o que há não é suficiente para atender a demanda da comunidade. Eles planejam aqui em Brasília e jogam lá nas aldeias de qualquer jeito. Depois que a Sesai (Secretaria de Saúde Indígena) veio, as coisas só pioraram", afirma Aratikun Pataxó.

Os indígenas tinham uma audiência marcada com o ministro da Saúde, Arthur Chioro, às 11h do dia 13 de março, porém não foram recebidos pelo mesmo. Somente no final da tarde, por volta das 17h, após fazendo protestos a tarde toda no Ministério da Saúde, eles foram recebidos pelo secretário Especial de Saúde Indígena, Antonio Alves. "Sou um servidor público de carreira e fui designado para coordenar essa secretaria. Estava muito bem na outra, quando o presidente Lula me designou. A Sesai não é só Brasília, mas também os distritos. Porque se for pra tudo na Bahia ser resolvido pela Sesai, não precisa de Dsei na Bahia. Quem coordena a compra de medicamentos, dos veículos, as equipes para aonde vão, não é o Antonio Alves, mas o coordenador distrital do Dsei na Bahia", se defendeu Antonio Alves na tumultuada reunião.

#### Disputa pela terra

O crescimento vertiginoso da violência no sul da Bahia, causado por fazendeiros que ocuparam as terras tradicionais, também foi denunciado ao longo da semana pelos Pataxó, Tupinambá e Tuxá. No dia 11, após 3 horas de espera por uma, bastante rápida, reunião com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, os caciques e lideranças indígenas repetiram as demandas que já haviam sido apresentadas aos assessores de Cardozo durante o dia: a finalização dos processos demarcatórios das terras indígenas Tupinambá de Olivença, Coroa Vermelha, Mata Medonha e Barra Velha.

Também denunciaram ao Ministério da Justiça e à Procuradoria Geral da República (PGR) a barbárie cometida contra os Tupinambá da aldeia Encanto da Patioba. No dia 7 de março, 18 jagunços fortemente armados incendiaram todas as 28 casas da comunidade e espancaram cinco indígenas, entre eles dois idosos. Nesse sentido, a delegação presente em Brasília

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 48./ 2014

Brasília, 17 de março de 2014.

---

solicitou que a Funai finalmente crie o Grupo Técnico para a identificação da Terra Indígena Tupinambá de Itapebi.

No dia 12, as lideranças pediram apoio dos parlamentares para barrar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215 que transfere a competência de demarcação de terras indígenas do Executivo para o Legislativo e se posicionarem contra a ofensiva ruralista sobre os direitos constitucionais indígenas.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 48./ 2014

Brasília, 17 de março de 2014.

---

**MS – O advogado Terena Luiz Henrique Eloy recebe seu título de Mestre na Retomada de Taunay/Ipegue. Bela vitória!**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.03.2014

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

Embora com 48 horas de atraso (a 'defesa' foi no dia 13 de março, quinta), aí vai uma foto que eu não deixaria de publicar por nada: nesse dia, a academia se deslocou para a Retomada de parte da Terra Indígena Taunay/Ipegue, em Aquidauna. Lá, junto a seu povo, Luiz Henrique Eloy, jovem advogado do Cimi, recebeu seu diploma de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

O título do trabalho também fez jus à situação: Poké'exa ũti – O território indígena como direito fundamental para o etnodesenvolvimento local. Na banca, que soube igualmente mostrar coerência, os professores doutores Josemar Campos Maciel e Heitor Romero Marques, da Universidade Católica Dom Bosco, e Antonio Hilário Aguilera Urquiza, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E, comemorando, o povo Terena e os parentes que puderam estar presentes! Parabéns, Eloy!



**Boletim de Notícias** - Edição nº 48./ 2014

Brasília, 17 de março de 2014.

---

**Especial Repórter Brasil: Transposição do São Francisco ameaça terras indígenas**  
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.03.2014

Povos Truká e Pipipan sofrem impactos das obras e temem ver terras alagadas antes de demarcação oficial

Por Renata Bessi, especial para Repórter Brasil

Cabrobró (PE) e Floresta (PE) - Fincados na caatinga do semiárido pernambucano, em terras secas por onde andou o cangaceiro Lampião, estão os povos indígenas Truká e Pipipan. Vivem nas proximidades do Rio São Francisco, respectivamente nas cidades de Cabrobó e Floresta, distantes 94 quilômetros uma da outra e a cerca de 600 quilômetros da capital Recife. Não faltam a eles características em comum. Habitam terras herdeiras da violência do cangaço, vivem a pior seca dos últimos 50 anos, viram seu chão sendo submerso pela represa de Itaparica em fins da década de 1980, estão no chamado polígono da maconha com inúmeros conflitos agrários, e são vizinhos de Itacuruba, cidade para a qual o governo federal guarda projeto de construção de uma usina nuclear.

Em comum possuem também a ameaça à demarcação de suas terras, principal bandeira de reivindicação dos indígenas, pelas obras da transposição do São Francisco, uma das maiores obras de infraestrutura do governo federal. As duas tomadas de águas do rio, que serão levadas por dois canais sertão adentro, estão sendo construídas em territórios reivindicados pelos Truká e Pipipan em Cabrobó e Floresta.

Por um mês, a reportagem percorreu terras do sertão de Pernambuco e apurou questões enfrentadas por esses povos, como o conflito de terras e pela água, grileiros, desmatamento, problemas agravados com as obras da transposição. Clique nos links abaixo para navegar por esta reportagem especial.

Terras sagradas

A relação dos povos indígenas com as terras, florestas e águas do São Francisco

Obras gigantes e incerteza de demarcação das terras Pipipan

Indígenas acompanham com apreensão abertura de novos canais

Transposição, a nova barreira para a retomada Truká

Desde a década de 1980 indígenas tentam recuperar áreas desmatadas

Conflitos e mortes marcam disputa por terras

Liderança indígena conta história da retomada dos Truká e de violências sofridas

Funai atrasa demarcação e recursos são devolvidos

Ministério da Integração havia reservado R\$ 6,3 milhões para gastos

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 48./ 2014

Brasília, 17 de março de 2014.

---

Impactos ambientais afetam comunidades indígenas  
Estudos têm omissões graves e recuperação ambiental é insuficiente

Preconceito é barreira para garantir direitos indígenas  
Identidade dos indígenas é questionada e perseguições continuam



---

**Hidrelétricas na Amazônia e violações de direitos: Rondônia hoje, Pará amanhã?**  
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.03.2014

Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente apoia demanda de atingidos e atingidas e decisão da Justiça Federal no caso das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio no Rio Madeira e ressalta riscos também das hidrelétricas de Belo Monte e Tapajós no Pará

Tendo em vista a situação de calamidade pública que enfrenta a população de Rondônia em decorrência das enchentes em níveis e intensidade nunca antes vivenciados, a Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente da Plataforma de Direitos Humanos – Dhesca Brasil – manifesta seu apoio ao pleito dos atingidos e das atingidas e a decisão da Justiça Federal determinando que os consórcios responsáveis pelas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, em Rondônia atendam imediatamente as necessidades básicas das populações afetadas pelas enchentes e realizem novos estudos ambientais. A decisão da Justiça Federal responde à Ação Civil Pública (ACP) do Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado (MP/RO), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RO), da Defensoria Pública da União e da Defensoria Pública do Estado em Rondônia contra o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Energia Sustentável do Brasil (Usina de Jirau) e a Santo Antônio Energia (Usina de Santo Antônio), estabelecendo um “nexo de causalidade” entre as obras das duas hidrelétricas e o agravamento dos danos causados pelas enchentes históricas do Rio Madeira.

De acordo com dados da Defesa Civil Estadual(1), até o dia 13 de março deste ano, essas enchentes haviam desalojado mais de 12.300 pessoas. Além disso, segundo a Secretária Municipal de Planejamento (SEMPLA) de Porto Velho, o prejuízo das mesmas pode chegar a R\$ 1 bilhão até meados de março(2), atingindo a produção agropecuária, a soberania alimentar, a saúde e os transportes hidroviário e rodoviário da região. Os danos das inundações vêm se somar às inúmeras violações de direitos humanos e ambientais decorrentes da construção das duas hidrelétricas, como foi o caso das centenas de famílias expulsas de seus espaços de reprodução física, simbólica e material. Os impactos negativos do projeto já haviam sido identificados pela Relatoria do Direito ao Meio Ambiente, que em novembro de 2007 e abril de 2010 realizou missões de investigação e incidência em Rondônia após recebimento de denúncias de violações de direitos por parte de organizações locais, nacionais e internacionais. A Relatoria de Direito Humano ao Meio Ambiente esteve também no Pará em 2009, avaliando denúncias similares como consequência do projeto de construção da hidrelétrica de Belo Monte.

Durante essas investigações e nos relatórios das missões, a Relatoria identificou diversas ilegalidades nos processos de licenciamento dos dois projetos das hidrelétricas do Madeira e de Belo Monte, além de violações de direitos humanos fundamentais, como o do princípio de autodeterminação dos povos, da consulta prévia, livre e informada, do direito humano à informação e participação efetiva e ativa, do direito à saúde, a um meio ambiente equilibrado e à proteção da biodiversidade, à alimentação, à terra e território e acesso à moradia adequada,

CONT.



além de agressões ao patrimônio histórico e arquitetônico, crescimento desordenado das cidades, graves violações de direitos trabalhistas e crescimento de casos de exploração sexual. Os riscos de aumento de enchentes e da incapacidade das hidrelétricas de controlá-las já eram preocupações presentes.

Vale lembrar, inclusive, que o Relatório da Missão de 2007 ressaltava a necessidade de realização de um novo Estudo de Avaliação Ambiental, conforme parecer técnico 12/2007 do Ibama(3):

Dado o elevado grau de incerteza envolvido no processo; a identificação de áreas afetadas não contempladas no Estudo; o não dimensionamento de vários impactos com ausência de medidas mitigadoras e de controle ambiental necessárias à garantia do bem-estar das populações e uso sustentável dos recursos naturais; e a necessária observância do Princípio da Precaução, a equipe técnica concluiu não ser possível atestar a viabilidade ambiental dos aproveitamentos Hidrelétricos Santo Antônio e Jirau, sendo imperiosa a realização de novo Estudo de Impacto Ambiental, mais abrangente, tanto em território nacional como em territórios transfronteiriços, incluindo a realização de novas audiências públicas. Portanto, recomenda-se a não emissão da Licença Prévia.

Portanto, entre as recomendações da Relatoria que não foram contempladas pelo Estado brasileiro, estavam a paralisação dos processos de licenciamento e a concomitante instauração de um debate público a respeito das reais necessidades energéticas do país(4). A situação atual de Rondônia, não é um fato isolado. Ela se dá no contexto de uma política energética do governo brasileiro que pretende construir muitas outras hidrelétricas na Amazônia, como Belo Monte, Teles Pires e a hidrelétrica no Tapajós no Pará, entre outras. Essa política, por sua vez, depende e provoca uma desregulamentação da política ambiental por meio de ilegalidades e da flexibilização dos processos de licenciamento, do enfraquecimento e sucateamento de órgãos de proteção às populações afetadas como a FUNAI, e de criminalização de movimentos e populações que lutam pela sobrevivência dos seus modos de vida e por uma relação harmônica e de interdependência com o meio ambiente. Embora a luta destas comunidades, constituídas em grande parte por populações negras, rurais e urbanas, indígenas e tradicionais, seja caracterizada pelo governo brasileiro e empreiteiras como obstáculo ao chamado progresso e desenvolvimento, na prática ela beneficia a sociedade brasileira como um todo quando questiona as injustiças e desigualdades, a insustentabilidade ambiental e o privilegiamento dos interesses econômicos dos setores empresariais envolvidos em grandes obras como as hidrelétricas.

Por isso, além de garantir a satisfação das necessidades básicas da população atingida pela enchente do Rio Madeira e exigir novos estudos ambientais das obras, o Estado brasileiro deveria responsabilizar os consórcios das hidrelétricas pelos danos sociais e ambientais verificados nas áreas de influência das duas hidrelétricas, que agravaram as consequências da cheia histórica verificada no Rio Madeira nos últimos meses, de forma a coibir repetições.

O Estado brasileiro deve também suspender as licenças de instalação das usinas não só do Madeira como também de Belo Monte e do Rio Tapajós. As violações de direitos e o mal dimensionamento dos impactos negativos nos licenciamentos ambientais, além do

CONT.



superfaturamento das obras, tem sido recorrentes em todos os projetos de hidrelétricas. Uma mudança radical da política energética brasileira para um projeto descentralizado, seguro e social e ambientalmente justo e a garantia, proteção e promoção dos direitos humanos e ambientais deve ser prioridade do Estado. Este processo passa por eliminar os incentivos do governo, por meio de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a setores eletrointensivos, como alumínio, cimento, papel, zinco e níquel, que exportam energia barata, geram poucos empregos e são responsáveis por conflitos ambientais.

Recomendamos também que o Estado brasileiro estabeleça mecanismos para garantir que as decisões sobre políticas energéticas não privilegiem apenas os setores empresariais, desconsiderando assim a diversidade de saberes e práticas das populações nos territórios impactados e os impactos negativos decorrentes de obras como hidrelétricas.

Promover uma transformação no modo de produção e consumo de energia, a partir da perspectiva dos direitos humanos, é, hoje, condição essencial para que o governo cumpra com seus deveres frente às necessidades e os direitos de todos e todas.

14 de março, 2014

Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente

Cristiane Faustino da Silva

Relatora da Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente

Marijane Lisboa

Ex-Relatora da Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente

Guilherme Zagallo

Ex-Relator da Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente

Fabrina Furtado

Assessora da Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente

Cecília Mello

Ex-Assessora da Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente

Juliana Neves Barros

Ex-Assessora da Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente

-

1 BRASIL. Governo do Estado de Rondônia. Defesa Civil Estadual descarta remoção de moradores de Abuña. 2014. <http://www.rondonia.ro.gov.br/noticias.asp?id=19794&tipo=Mais%20Noticias>.

2 Ver: <http://www.tudorondonia.com.br/noticias/prejuizo-com-enchentes-em-porto-velho-pode-chegar-a-r-1-bilhao,43074.shtml>.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 48./ 2014

Brasília, 17 de março de 2014.

---

3 IBAMA (2007) apud. LISBOA, Marijane e BARROS, Juliana. Violações de Direitos Humanos Ambientais no Complexo Madeira. Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente/Plataforma Dhesca, 2008.



---

**A contínua matança de indígenas na BR-463, Dourados, Mato Grosso do Sul**  
SÍTIO CIMI, 15.03.2014

*Oitava morte por atropelamento na terra indígena Apyka'i*

Ramão Araújo, 41 anos, liderança indígena Kaiowá da aldeia Nhu Porã, município de Dourados, Mato Grosso do Sul, foi atropelado e morto na BR-463, próximo à terra indígena Apyka'i, na noite de 14 de março. De acordo com testemunhas, Ramão caminhava pelo acostamento e, no km 03, foi atropelado pelo condutor de um veículo Toyota Hilux que trafegava em alta velocidade. Isso ocorreu por volta das 19h30min. Como estava escuro, as testemunhas não conseguiram ler a placa do veículo.

Desde o atropelamento e morte de Delci Lopes, ocorrido há mais de um mês, Ramão residia na área do Apyka'i, onde prestava apoio à comunidade que luta pela demarcação da terra. Ele foi o oitavo indígena a ser atropelado e morto na BR-463 desde o ano de 2009. Em todos os casos, os condutores dos veículos fugiram do local sem prestar socorro às vítimas.

As lideranças indígenas do Conselho da Aty Guasu denunciam que, pela semelhança dos casos, os atropelamentos são, na prática, assassinatos disfarçados. "Acreditamos que a demora em demarcar as terras e as seguidas reintegrações de posse são as principais razões para estes atropelamentos. Se a terra tivesse demarcada e a comunidade nela, nada disso teria acontecido", ressalta Tonico Benites. As lideranças informam ainda que os atropelamentos têm ocorrido sempre no início da noite, quando os indígenas retornam para suas aldeias ou acampamentos e, em todos os casos, os condutores dos veículos atropelaram as vítimas no acostamento da rodovia, entre os km 03 e 08, e fogem do local em alta velocidade.

Os Guarani-Kaiowá do Apyka'i vivem em uma inaceitável situação de abandono por parte do poder público, o que gera um clima de insegurança e de medo. Na busca pela garantia de seus direitos, em setembro de 2013 a comunidade retomou um pequeno pedaço da terra tradicional, onde se situa a Fazenda Serrana, que arrenda a área para a Usina São Fernando. O trecho retomado, no qual a comunidade reside desde então, fica a poucos metros da BR-463 e há aproximadamente de sete quilômetros de Dourados. O acostamento da rodovia, portanto, é a única alternativa para os indígenas se deslocarem a pé, entre a aldeia e a cidade.

A comunidade tenta reverter, no âmbito do Poder Judiciário, uma decisão de reintegração de posse a favor do fazendeiro, que alega ser o proprietário da terra indígena. Liderados por Damiana – que já teve o marido, dois filhos, netos e sobrinhos mortos por atropelamentos – os Guarani-Kaiowá do Apyka'i resistem às ameaças dos fazendeiros e usineiros, ao risco de despejo e aos constantes atropelamentos na rodovia, o que torna ainda mais desumana a situação a que eles estão submetidos.

É urgente que sejam tomadas medidas protetivas para a comunidade e que, na rodovia, sejam instalados redutores de velocidade para assegurar a vida de quem por ela circula. No âmbito do Governo Federal, é urgente a demarcação e regularização da terra indígena Apyka'i.



## **A Marcha iluminada dos Tupinambá**

SÍTIO CIMI, 15.03.2014

Começou ontem (14) na Aldeia da Serra do Padeiro e vai até amanhã (16) a Marcha dos Povos da Carbuca e da Mata Atlântica, com o tema "Em defesa das terras sagradas dos Tupinambá". Organizado pela Teia Agroecológica dos Povos da Cabruca e da Mata Atlântica, o evento conta, até o momento, com cerca de 400 pessoas das mais diversas entidades do Brasil, da América Latina e Europa. A maioria dos participantes são trabalhadores e trabalhadoras do campo – Movimento de Luta pela Terra (MLT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Frente de Libertação da Terra (FLT), Movimento dos Trabalhadores(as) Assentados(as) e Acampados(as) (Ceta) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), quilombolas e povos indígenas de outras etnias.

A caminhada iniciou-se na BR-101, a cerca de 11 km da Aldeia da Serra do Padeiro. Por volta das 15h os primeiros caminhantes começavam a chegar na comunidade onde eram alegremente recepcionados. Aos poucos, a aldeia foi ficando ainda mais colorida e vibrante, com faixas, cartazes e gentes das mais diversas "tribos".

O fato destoante desta alegria eram os constantes e rasantes vôos de um helicóptero do exército brasileiro sobre a aldeia. Esses vôos vêm ocorrendo desde fevereiro, quando foi emitido um dispositivo intitulado GLO (Garantia da Lei e da Ordem), acionado pelo governador do estado Jacques Wagner e assinado pela presidente Dilma Rousseff, reforçando ainda mais a ocupação militar de um território indígena já reconhecido pelo próprio estado brasileiro.

Os participantes do evento que começou ontem têm como objetivo principal expressar solidariedade ao povo Tupinambá na sua justa e digna luta pela reconquista de suas terras, bem como proporcionar trocas de saberes e intercambiar experiências no campo da agroecologia e o fortalecimento da unidade das mais diversas lutas.

À noite, em volta da fogueira sagrada da Aldeia Serra do Padeiro, iluminada e apontando caminhos por uma bonita e significativa Lua Cheia, foram contadas muitas histórias da luta secular dos Tupinambá pela defesa da sua terra e da própria vida do povo, tantas vezes ameaçado desde a chegada dos colonizadores em 1.500, ali mesmo no território que ocupam há milênios.

Na programação, constam ainda a realização de uma farinhada, o plantio de 2 hectares de cacau orgânico e o plantio de sementes crioulas, além de debates e diversos rituais e celebrações.

Até domingo, os Encantados de todos os nomes e de todos os povos apontarão caminhos e luzes para a continuidade da luta e da resistência dos Tupinambá de Olivença e dos demais povos indígenas deste planeta.

## Recuperando áreas degradadas na Amazônia, mais um projeto apoiado pelo Fundo Dema

SÍTIO PORTAL DE AGROECOLOGIA, 15.03.2014



14 famílias de agroextrativistas iniciam mais um projeto de recuperação de áreas degradadas apoiado pelo Fundo Dema

Por Vânia Regina de Carvalho, em Portal de Agroecologia

O projeto é coletivo. Através da Associação dos Agricultores Familiares do Batata (ASAFAB), 14 famílias do município do Trairão (oeste paraense) tiveram acesso a equipamentos de trabalho e iniciam as atividades de recuperação de áreas degradadas na comunidade do Batata. Mais um projeto apoiado pelo Fundo Dema, na parceria entre a FASE e o Fundo Amazônia.

Serão implantados Sistemas Agroflorestais com o plantio de espécies de frutíferas (cacau, açaí, cupuaçu, etc) e essências florestais nativas da Amazônia (mogno, ipê, etc.). Os equipamentos já foram adquiridos e as famílias começam as atividades. A produção das mudas e o plantio serão totalmente orgânicos, sem o uso de adubos químicos ou agrotóxicos



**Boletim de Notícias** - Edição nº 48./ 2014

Brasília, 17 de março de 2014.

---

**Marcha dos povos da Cabruca e da Mata Atlântica à Serra do Padeiro, em apoio aos Tupinambá. Dois minutos de união e beleza!**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.03.2014

[http://www.youtube.com/watch?feature=player\\_embedded&v=KQTVOG9akP4](http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=KQTVOG9akP4)

Postado e enviado por Haroldo Heleno

Caminhada em direção à Aldeia Serra do Padeiro do povo Tupinambá de Olivença. Atividade da Marcha dos povos da Cabruca e da Mata Atlântica ocorrida no período de 14 a 16 de março de 2014. Promovida pela "Teia Agroecológica".



**Coapima marca audiência pública na OAB e exige presença de Antônio Alves para discutir indicação para o DSEI/MA**  
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBEINTAL, 16.03.2014

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

Uma das entidades mais críticas da situação da saúde indígena, a Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão, COAPIMA, enviou ofício ao responsável pela Secretaria Especial de Saúde Indígena, Antônio Alves, exigindo sua presença em audiência pública marcada para as 9 horas do dia 23, na OAB, em São Luís.

No ofício, Sílvia Santana da Silva, coordenador geral da COAPIMA, afirma a importância de o novo gestor do Distrito Sanitário Especial Indígena, DSEI, ser indicado com a participação das principais lideranças e caciques, de modo a “evitar e/ou aprofundar conflitos e discordâncias” e permitir a construção de uma gestão compartilhada, que “respeite a participação e decisão dos povos indígenas, conforme preconiza a Constituição Federal. Leia abaixo.

 **COAPIMA**  
COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES E ARTICULAÇÕES  
DOS POVOS INDÍGENAS DO MARANHÃO

Ofício de nº007/2014 Em 14 de março de 2014

Ao: Ilm<sup>º</sup>. Secretário Especial de Saúde Indígena – SESAI/MS, Sr. Antônio Alves

Assunto: Comunicado e Solicitação

Sr. Secretário,

Cumprimentando-o cordialmente, a Coordenação Executiva da COAPIMA no uso de suas atribuições legais comunica:

1 – Considerando informação do fato da exoneração do Gestor do DSEI/MA, Sr. Licínio Brites Carmona e em respeito ao movimento indígena do Maranhão, comunicamos, a saber, que estamos em articulação com as bases fim de que os procedimentos de substituição do novo gestor/coordenador seja em consonância de consensos entre as comunidades indígenas a nível estadual, ou seja, que a indicação do gestor pela SESAI que assumirá o DseI/MA, sejam garantido a participação dos indígenas nessa decisão, para fins de evitar e/ou aprofundar conflitos e discordâncias entre os povos do Maranhão como tem acontecido ao longo da história dos povos indígenas nesse Estado.

2 – Ficando assim, previamente, da importância e necessidade da realização de uma audiência Pública no estado, portanto, que nesta audiência estarão presentes as principais lideranças indígenas e caciques e como convidados representação dos órgãos: CONDISI, FUNAI, CIMI, MPF, Secretaria dos Direitos Humanos e entre outros segmentos.

3 – A referida audiência esta marcada para o dia 25/03/2014, no auditório da OAB em São Luís, a partir das 09:00hs, no contexto dessa discussão que acreditamos ser justo e coerente, convidamos e exigimos a presença de V.Sa<sup>ª</sup> para juntos construirmos uma gestão compartilhada que respeite a participação e decisão dos povos indígenas, nesse sentido que garanta a implementação de uma política de saúde indígena conforme preconiza a Constituição Federal. Para tanto adiantamos que no processo de escolha do novo gestor, o mesmo tenha o perfil democrático, aberto ao diálogo junto às comunidades indígenas de base.

4 – Sem mais, na certeza de podermos contar com Vosso entendimento, colaboração e apoio.

Atenciosamente,

Sílvia Santana da Silva  
Coordenador Geral da COAPIMA



Boletim de Notícias - Edição nº 48./ 2014

Brasília, 17 de março de 2014.

**Carta Final da Marcha dos Povos da Cabruca e da Mata Atlântica "Em defesa das terras sagradas dos Tupinambá"**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.03.2014



Alimentados pela energia que brota do solo sagrado do povo Tupinambá e orientados pelos seus Encantados que habitam a enorme e mística serra que protege a Aldeia da Serra do Padeiro, os cerca de 400 participantes representando mais de 40 Entidades do Brasil, América Latina e Europa, presentes na Marcha dos Povos da Cabruca e da Mata Atlântica, que teve como tema Em defesa das terras sagradas dos Tupinambá, realizada no período de 14 a 16 de março de 2014, aprendemos com o povo Tupinambá que é preciso "resistir para existir". Portanto subscrevemos esta carta e para tanto:

Reafirmamos:

E continuamos assumindo os compromissos das jornadas agroecológicas da Bahia;

O desejo da ampliação da Teia de Agroecologia como espaço de lutas conjuntas e de solidariedade entre campo e cidade;

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 48./ 2014

Brasília, 17 de março de 2014.

---

**Repudiamos:**

A postura mais uma vez de submissão do governo brasileiro e do governo do estado da Bahia ao agro e hidro-negócio, à Bancada Ruralista e à Confederação Nacional da Agricultura, através da não regularização das terras indígenas, quilombolas e impedindo reforma agrária. Comercializando a biodiversidade, em especial a terra e água, elementos sagrados para os povos tradicionais e originais, em simples mercadoria ou moeda de troca para seus interesses;

A postura irresponsável e criminosa de diversos veículos da mídia regional e nacional, a exemplo da Rede Bandeirantes, na criminalização das lutas dos Movimentos sociais e povos tradicionais e suas lideranças através de material de cunho preconceituoso, incentivando o ódio, o racismo e consequentemente ferindo de morte os direitos constitucionais tão duramente conquistados.

**Exigimos:**

A democratização dos meios de comunicação;

A imediata revisão e até mesmo a suspensão das concessões públicas de sinais de TV, em especial da Rede Bandeirantes e Rede Globo;

A democratização da terra com reforma agrária já e as regularizações imediatas das terras indígenas e quilombolas;

Um basta no processo de criminalização das lutas e das lideranças.

**Solicitamos:**

Do Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA) que exija dos governos estadual e federal a regularização dos territórios indígenas da Bahia, em especial o T. I. Tupinambá de Olivença, que atualmente passa por um intenso processo de violação de direitos, pois entendemos que a verdadeira segurança e soberania alimentar destes povos só acontecerá quando houver a regularização de suas terras para que possam construir seus projetos de vida.

**Convocamos:**

A sociedade brasileira a se indignar com a ordem estabelecida, que gera violência, insegurança, contra a cultura do medo, contra a continuidade dos saques às riquezas do povo brasileiro, ao mesmo tempo percebemos que é preciso romper o isolamento de muitas lutas e nos somarmos num grande mutirão na busca por cidadania e dignidade, construindo uma unidade na luta a partir das experiências enraizadas a partir das bases, e assim avançarmos para uma NOVA SOCIEDADE POSSÍVEL ou, como nos ensina o povo Guarani: CONQUISTARMOS A NOSSA TERRA SEM MALES.

Fortalecidos e Fortalecidas pela farinha coletiva, ansiosos e ansiosas na germinação das sementes de milho e cacau orgânico plantados em mutirão e esperançosos e esperançosas no crescimento do nosso pé de Baobá plantado neste solo sagrado, ousamos dizer: Diga ao povo que avance: AVANÇAREMOS!

Serra do Padeiro, Terra Sagrada dos Tupinambá, 16 de março de 2014.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 48./ 2014

Brasília, 17 de março de 2014.

---

Assinam as Entidades presentes:

Associação de Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR), Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul (CEPEDES), Movimento de Luta pela Terra (MLT), Movimento Trabalhadores Sem Terra (MST), Casa de Economia Solidária (CES), Associação de Moradores da Beira Rio e Represa, Associação de Moradores do Bairro Novo Serra Grande, Conselho de Cidadania Permanente, Instituto OCA, Movimento Nacional de Juventude, Núcleo de Estudos, Prática e Políticas Agrárias (NEPPA), Grupo de Ação Interdisciplinar e Macroecologia (GAIA), Núcleo Akofena, Coletivo de Cinema Negro, Frente de Trabalhadores Livres (FTL), Movimento das Comunidades Populares (MCP), Jornal Voz das Comunidades (JVC), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Tempo Ecoarte, Levante Popular da Juventude, Escola Agrícola Comunitária Margarida Alves (EACMA), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Comissão Pastora da Terra (CPT), Movimento Negro Unificado (MNU), Rede Mocambos, Movimento dos Acampados, Assentados e Quilombolas da Bahia (CETA), Teia Agroecológica, Frente Ampla dos Estudantes (FAE), Federação dos Órgãos para Assistência e Educação Social (FASE), Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Movimento do Projeto Popular (MPP), Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia (MUPOIBA), Frente Indígena das Nações Pataxó e Tupinambá do Extremo sul da Bahia (FINPAT), Frente de Resistência Pataxó, Comissão de Organização das Mulheres Indígenas do Sul da Bahia (COMISULBA), Fórum de Educação Indígena da Bahia (Forumeiba). Povos indígenas: Pataxó Hã-Hã-Hãe, Tupinambá e Pataxó. Quilombolas, Assentados, Acampados, Estudantes.

Enviada por Ivonete Gonçalves, com o comentário: "No terceiro dia da Marcha dos povos da Cabruca e da Mata Atlântica, após os trabalhos de campo (plantio de cacau orgânico) milhos tradicionais, a feitura da farinha, foi fincando no solo sagrado da comunidade da Serra do Padeiro um pé de Baobá, trazido da Guiné Bissau. O gesto do plantio significa o compromisso de todos com a continuidade da luta e da unidade. Durante o plantio os povos indígenas entoaram cantos sagrados, e a carta final do encontro foi lida e aprovado. A carta resume um pouco a riqueza do Encontro e expressa os desejos e reivindicações da Marcha. Com alegria!"



---

**Presidência desapropria terras em Rondela, Bahia, para a Comunidade Indígena Tuxá**  
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.03.2014

Socializado por Ricardo Verdun, com o comentário: "Segundo manifestação dos diretamente interessados (os Tuxá), foi uma ato positivo. Resta saber como fazer com que ele saia do papel o mais breve possível e seja sustentável. Ao que parece eles estão se mobilizando nesse sentido. A nós, cabe apoiá-los no que for possível. É isso o que o meu conhecimento atual do caso me permite dizer com certa segurança".

Constituição Demarcação Já

DECRETO DE 13 DE MARÇO DE 2014

Presidência da República / Casa Civil / Subchefia para Assuntos Jurídicos

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural que menciona, destinado a assentar famílias da Comunidade Indígena Tuxá de Rodelas, no Município de Rodelas, Estado da Bahia.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 2º, caput, inciso III, da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, e de acordo com o que consta no Processo nº 08620.008802/2013-03, da Fundação Nacional do Índio – FUNAI,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis situados no Município de Rodelas, Estado da Bahia, com a superfície aproximada de quatro mil, trezentos e noventa e dois hectares, setenta e três ares, quarenta e um centiares e perímetro de trinta e oito mil, cento e noventa e oito metros e cinquenta e dois centímetros.

Parágrafo único. O perímetro a que se refere o caput inicia-se no marco M-01, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SAD 69, MC 39º W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM, E=534.332,758 e N=9.007.084,493, localizado num vértice e dividindo terras devolutas, terras de terceiros e o reservatório da UHE de Itaparica; deste, segue confrontando com o reservatório da UHE de Itaparica no sentido horário, seguindo pela Cota 305m, com a distância de 16.253,43m até o marco M-02, de coordenadas E=538.721,589 e N=9.004.938,828; deste, segue confrontando com terras de terceiros e terras devolutas, com azimute de 176º57'31" e distância de 2.913,934m, até o marco M-03, de coordenadas E=538.876,201 e N=9.002.028,999; deste, segue confrontando com terras de terceiros e terras devolutas, com azimute de 239º54'01" e distância de 7.344,385m, até o marco M-04, de coordenadas E=532.522,186 e N=8.998.345,729; deste, segue confrontando com terras devolutas, com azimute de 320º14'59" e distância de 4.646,339m, até o marco M-05, de coordenadas E=529.550,509 e N=9.001.917,507; deste, segue confrontando com

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 48./ 2014

Brasília, 17 de março de 2014.

terras devolutas e terras de terceiros, com azimute de 42º47'08" e distância de 7.040,430m, até o marco M-01.

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste Decreto:

I – os semoventes;

II – as máquinas;

III – os implementos agrícolas existentes nos imóveis e em restrição de uso;

IV – as faixas de domínio da Rodovia BA-210, no trecho de acesso entre as cidades de Glória e Rodelas; e

V – a faixa de servidão da Linha de Transmissão de 500 KV – CHESF, entre as cidades de Paulo Afonso e Sobradinho.

Art. 3º A faixa de terra situada acima da linha da cota nº 305 do reservatório da UHE de Itaparica, na distância de cem metros, com superfície de cento e sessenta e três hectares, trinta ares e seis centiares, fica destinada como Área de Preservação Permanente.

Art. 4º Fica a Fundação Nacional do Índio – FUNAI autorizada a promover, na forma da legislação em vigor e do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, firmado em 17 de agosto de 2004 e aditado em 16 de novembro de 2006, nos autos da Ação Civil Pública nº 1999.3300.010342-0, a desapropriação dos imóveis na área de que trata o art. 1º, e poderá invocar o caráter de urgência.

Art. 5º Os imóveis na área de que trata o art. 1º, após processo de desapropriação, passarão para o domínio da União e serão destinados à posse e ao usufruto da Comunidade Indígena Tuxá de Rodelas.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DILMA ROUSSEFF

Brasília, 13 de março de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

José Eduardo Cardozo



---

**Cacique Babau, na Serra do Padeiro: “temos que revolucionar o nosso querer e conquistar autonomia”**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.03.2014

Enviada por Ivonete Gonçalves

O segundo dia da Marcha dos Povos da Cabruca e da Mata atlântica foi iniciado ainda na energia da noite anterior, quando o Cacique Babau partilhou a história e a luta do povo Tupinambá de Serra do Padeiro. Alegre, determinado e fortalecido, o cacique afirmou: “temos que revolucionar o nosso querer e conquistar autonomia”. Para isso, ele destacou três pontos fundamentais: a unidade na luta, o foco na conquista da terra e o fortalecimento da espiritualidade ancestral enquanto direcionadora da sabedoria que rege o movimento. E foi nesse contexto que o ritual da noite deu sentido e poder a este encontro.

No início desta manhã, uma pequena assembléia foi realizada em volta da fogueira, onde mais uma vez o Cacique agradecia a presença de todos e todas, valorizando a presença das diversas entidades e chamando a atenção para que a gente “tire os espinhos, as ramas e aumente as picadinhas” para que um grande caminho se abra para nós e para os que virão para a luta, para agregar e aprender a conviver juntos. Em seguida, os grupos foram organizados em torno dos trabalhos do campo: a farinhada, o plantio do milho, cacau e a compostagem.

Até o final do dia, a assembléia voltará a se reunir para pautar uma agenda positiva de luta, a partir do que os coletivos adotaram aqui como palavra de ordem:

“Diga ao povo que avance!”

“ – AVANÇAREMOS!”

Observação – Até a noite de ontem, já eram mais de 40 Entidades, Movimentos, Instituições e pessoas de todo o mundo: Brasil, Argentina, Polônia, México, Inglaterra, Bolívia... Hoje, mais uma etapa da marcha e a carta final do evento.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 48./ 2014

Brasília, 17 de março de 2014.

---

**Cientistas lançam manifesto em defesa dos rios e apontam descontrole na construção de hidrelétricas**

SÍTIO CARTA MAIOR, 16.03.2014

*Documento manifesta preocupação com a possibilidade de que 100 mil pessoas sejam atingidas no País, nos próximos anos, por hidrelétricas.*

Marco Aurélio Weissheimer

Porto Alegre - Um grupo de 100 pesquisadores brasileiros da área do meio ambiente, de universidades e instituições de vários Estados do Brasil, encaminhou sexta-feira (14) à Presidência da República e aos ministros do Meio Ambiente e de Minas e Energia, o Manifesto de Cientistas pela Defesa de Nossos Rios. A data foi escolhida pelo fato de 14 de março ser o Dia Internacional de Ação Pelos Rios. O manifesto resgata a Moção sobre Barramentos, aprovada no X Congresso de Ecologia do Brasil, realizado em São Lourenço (MG), em setembro de 2011.

O objetivo dos pesquisadores é chamar a atenção do governo para a “necessidade de políticas públicas eficientes que garantam a continuidade de manutenção da vida diversa, incluindo aqui as culturas humanas tradicionais dos ribeirinhos, e os remanescentes de ecossistemas fluviais e de sistemas associados, como as matas ciliares, por exemplo, diante do crescimento praticamente indiscriminado de empreendimentos hidrelétricos no Brasil”. O documento manifesta preocupação com a possibilidade de que 100 mil pessoas sejam atingidas no País, nos próximos anos, por hidrelétricas, sendo que 15% dos atingidos seriam integrantes de povos indígenas, especialmente na região amazônica, como é o caso de Belo Monte (PA).

O manifesto cita o trabalho do professor Philip Fearnside, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, que vem alertando para “o efeito cascata de degradação ambiental, inclusive emissão de gases de efeito estufa nos reservatórios, provocada por empreendimentos em sistemas hídricos altamente complexos, cujos processos ecológicos ainda não são minimamente conhecidos”.

Na Amazônia, prossegue o documento, “enormes impactos estão sendo derivados de duas grandes hidrelétricas no rio Madeira (Santo Antônio e Jirau) (RO), que poderiam ter relação com as inéditas inundações deste rio, que afeta parte da capital de Rondônia, Porto Velho”. No ritmo atual, adverte, “nem mesmo o Pantanal escaparia de suas mais de 130 pequenas e médias hidrelétricas previstas ou em construção em série nas cabeceiras dos rios dos estados do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, segundo relatos de pesquisadores da biodiversidade da região”.

Os pesquisadores alertam ainda que praticamente não há estudos de capacidade de suporte para a construção de tantos empreendimentos, em um mesmo rio, o que configuraria a

CONT.



ausência de controle no processo de expansão de hidrelétricas no Brasil. O manifesto também manifesta preocupação com os projetos de hidrelétricas no rio Uruguai, no Sul do Brasil:

“Os planos da Empresa de Pesquisa Energética (EPE, do MME) preveem pelo menos 11 barramentos em série, no mesmo rio, o que inevitavelmente causaria perdas regionais de organismos aquáticos, como o peixe dourado, que vem desaparecendo na região. O tema da extinção de espécies na natureza é mais do que premente, e os estudos que destacam a presença de espécies exclusivas e endêmicas são muito recentes. Uma grande polêmica surgiu com as reófitas (plantas de curso de água corrente), destacando-se a bromélia dos lajeados (*Dyckia distachya*) que praticamente não é mais encontrada em estado silvestre no rio Pelotas (RS/SC), após a construção da UHE Barra Grande, em 2005”.

Além do problema ético envolvendo a extinção de espécies, os pesquisadores citam o agravante do problema científico relacionado à existência de centenas ou milhares de espécies ainda não descritas para a Ciência, que podem se afetadas ou até desaparecer nos próximos anos nos sistemas fluviais, principalmente no Norte do Brasil.

O manifesto também chama a atenção para o fato de que cerca de 2/3 dos projetos de grandes, médias e pequenas hidrelétricas está incidindo justamente no Mapa Oficial das Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade. Mesmo o mapa das áreas definidas como de “extrema importância” possui cerca de um quarto dos projetos de hidrelétricas previstos para os próximos anos. Os pesquisadores criticam a postura dos ministérios do Meio Ambiente e de Minas e Energia que estariam evitando debater essa contradição, “ainda mais em um momento de crise de energia elétrica, que também é reflexo do débil planejamento em alternativas de menor impacto (energia eólica, biomassa e energia solar)”.

O documento defende a necessidade de o governo assumir compromissos com a realização de estudos mais abrangentes, denominados de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) ou Integrada (AAI). E cita como exemplo o estudo de Avaliação Ambiental Integrada realizado em 2001 pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) e pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente do RS (Sema), no rio Taquari-Antas, na região Serrana do Estado.

Além disso, propõe o investimento em alternativas energéticas viáveis e baratas, com destaque para a energia eólica e a energia solar:

“(...) estas alternativas já são cada vez mais viáveis e baratas, com destaque a energia eólica que poderia, sozinha, segundo dados da própria EPE, gerar muito mais do que toda a energia elétrica gasta no Brasil (obviamente sem afetar UCs, APCBio ou rotas migratórias), ou a energia solar que, somente na Alemanha - onde a incidência solar é bem menor do que a do Brasil - é responsável por uma geração de 30 GW, descentralizada, sendo maior do que a geração da usina de Itaipu”.



---

**Indígena morre após ser espancada em aldeia de Caarapó, MS, diz polícia**

SÍTIO G1, 17.03.2014

*Caso ocorreu na aldeia Tey Kuê. Três moradoras são suspeitas, diz polícia.*

Uma indígena de 59 anos morreu após ser espancada, no domingo (16), na aldeia Tey Kuê, em Caarapó, a 273 quilômetros de Campo Grande. Segundo a Polícia Civil, as suspeitas de terem cometido a agressão são três moradoras da aldeia.

Conforme o boletim de ocorrência, a vítima teria ido até a casa de uma vizinha levar um pedaço de carne e foi espancada pelas mulheres no momento em que voltava para a casa. Ela foi socorrida por moradores da aldeia e levada para o hospital São Matheus, mas não resistiu aos ferimentos.

Ainda de acordo com a Polícia Civil, a vizinha que registrou a ocorrência disse conhecer as agressoras e informou que elas não gostavam da vítima.

O caso foi registrado como lesão corporal seguida de morte e será investigado pela Delegacia de Polícia Civil de Caarapó.



---

**Governo desapropria terras na Bahia para comunidade indígena Tuxá**

SÍTIO O GLOBO, 17.03.2014

*Com decreto, imóveis da área de 4,4 mil hectares deverão ser desocupados*

BRASÍLIA – A presidente Dilma Rousseff autorizou, em decreto publicado nesta segunda-feira, a desapropriação de 4.392 hectares terras no município de Rodelas, na Bahia. Os imóveis serão destinados à comunidade indígena Tuxá de Rodelas.

O decreto, também assinado pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, permite que a Fundação Nacional do Índio (Funai) desapropriar imóveis na área, em caráter de urgência.

Com o decreto, os residentes não indígenas do local terão de deixar as terras e levar seus pertences, como máquinas, veículos, e implementos agrícolas existentes.

Os imóveis na área, após processo de desapropriação, passarão para o domínio da União e serão destinados à posse e ao usufruto da Comunidade Indígena Tuxá de Rodelas.

Em outubro do ano passado, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, anunciou que seriam publicadas cem portarias de desapropriação de terra, mas nesses casos para reforma agrária.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 48./ 2014

Brasília, 17 de março de 2014.

---

**Salão Verde: entidades denunciam violação de direitos indígenas à ONU**

SÍTIO CÂMARA DOS DEPUTADOS, 17.03.2014

Entidades e lideranças sociais nacionais e internacionais denunciaram o Brasil por violações dos direitos indígenas, na Organização das Nações Unidas, a ONU.

A denúncia foi apresentada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil e pela Associação Interamericana de Defesa Ambiental (Aida), durante a 25ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra, por desrespeito a direitos indígenas, no processo de construção de grandes hidrelétricas, na Amazônia.

Í

O governo brasileiro também foi denunciado por pela utilização indiscriminada do mecanismo de suspensão de segurança, criado no governo Vargas, no caso de ações na Justiça contra violações das legislações ambiental e indígena referentes a projetos hidrelétricos.

Quem fala sobre o tema é Alexandre Sampaio, advogado da Organização Internacional Aida.  
Apresentação: Lincoln Macário e Elisabel Ferriche



---

**Funai analisa pedido de reconsideração da Agetrans para pavimentar TO 126**  
SÍTIO T1 NOTÍCIAS, 17.03.2014

*A Funai informou em nota que tem 30 dias para analisar o pedido de reconsideração da decisão do órgão, que não autorizou a pavimentação dentro da reserva indígena Apynajé, no Bico do Papagaio...*

A Fundação Nacional do Índio (Funai) informou ao T1 Notícias que analisa uma recomendação de reconsideração da decisão do órgão de não permitir que a TO 126 seja pavimentada no trecho dentro da reserva indígena Apynajé, entre as cidades de Maurilândia e Tocantinópolis, na região norte do Tocantins.

A Funai informou que no dia 22 de janeiro do corrente ano, o órgão encaminhou ofício ao Ibama do Tocantins recomendando a alteração de traçado de forma que a rodovia não incida na terra indígena dos Apinajé, na região do Bico do Papagaio no Tocantins. A Funai argumentou que as rodovias incidentes nas terras indígenas possuem impactos significativos e contínuos, bem como colocam em risco o usufruto exclusivo dos povos indígenas sobre as Terras Indígenas.

A Funai reiterou a recomendação em 29 de janeiro ao Procurador da República de Araguaína, em razão das manifestações das comunidades indígenas e preocupados com os impactos da pavimentação do trecho, conforme afirmam.

No dia 25 de fevereiro a Funai recebeu o ofício da Agência de Máquina e Transportes do Tocantins (Agetrans), que solicitou a reconsideração da recomendação do órgão, "uma vez que as alternativas locais que não incidem em Terras Indígenas possuem problemas executivos que devem ser avaliados", afirma a Funai.

Dois dias depois, em 27 de fevereiro, o órgão encaminhou o ofício ao setor responsável para avaliação do pedido. A Funai afirmou que tem o prazo de 30 dias para análise do pedido da Agetrans e disse ainda que está programada, "após a análise da documentação recebida, vistoria e reunião técnica para tratarmos da questão e buscarmos entendimento para a continuidade do Processo".

#### Impedimento

A Funai defendeu seu posicionamento em nota afirmando que como órgão indigenista oficial, tem a obrigação de se manifestar em todo e qualquer licenciamento de obras que afetam direta ou indiretamente as terras e as comunidades indígenas.

Segundo o órgão, a manifestação da Funai sobre obras dentro da reserva indígena geralmente  
CONT.



é requerida em todas as fases do licenciamento, sendo a Licença Prévia, que é a fase relativa aos estudos de impacto às comunidades indígenas e avaliação da viabilidade do empreendimento; Licença de Instalação, que é a fase da elaboração e implementação de programas voltados às comunidades indígenas, caso o empreendimento seja considerado viável e Licença de Operação, que é a fase de funcionamento efetivo dos programas e sua renovação.

#### Entenda

Recentemente, os índios ameaçaram atear fogo nas redes de energia de alta tensão às margens da rodovia e fizeram uma barreira, junto ao movimento de moradores das cidades, na TO 126, reivindicando a pavimentação do trecho da rodovia entre Maurilândia e Tocantinópolis, passando dentro da reserva indígena Apynajé, na região do Bico do Papagaio. O estopim para a manifestação foi à assinatura de uma Ordem de Serviço para pavimentar a TO no trecho entre Maurilândia e Itaguatins.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 48./ 2014

Brasília, 17 de março de 2014.

---

### **UEMS prepara negros e indígenas para a pós-graduação**

SÍTIO ITAPORÃ AGORA, 17.03.2014

A UEMS, em consórcio com a UCDB, abriu as inscrições para o curso de extensão "Equidade na pós-graduação: o acesso de populações sub-representadas".

O objetivo da ação é preparar negros (pretos e pardos) e indígenas graduados, e estudantes do último ano em seus cursos, para que tenham mais condições de concorrer em seleções de programas de mestrado e doutorado no Brasil e no exterior.

O curso conta com recursos da Fundação Ford e parceria com a Fundação Carlos Chagas.

Está prevista a oferta de 100 vagas, sendo 40 para negros e 40 para indígenas graduados, e ainda 20 vagas para alunos indígenas e negros no último dos seus cursos, distribuídas entre a UEMS e UCDB.

Serão ofertadas disciplinas como português acadêmico, língua estrangeira, metodologia de projetos e tutoria, com vistas a qualificar estes candidatos a terem chances ampliadas de aprovação em programas de pós-graduação recomendados pela Capes.

As inscrições para o curso preparatório podem ser feitas pessoalmente ou por correio até o dia 21 de março, e o início do curso, no dia 12 de abril.

Mais informações podem ser obtidas nos telefones: 3902-2635 na UEMS, e 3312-3590 na UCDB, e também no e-mail: [equidade@uems.br](mailto:equidade@uems.br) , para ter acesso ao edital com informações detalhadas. (UEMS)



---

**Reunião em Guairá debate invasão indígena na região**

SÍTIO RÁDIO DIFUSORA, 17.03.2014

O avanço nas demarcações de terras indígenas que na região ocorre principalmente nos municípios de Terra Roxa e Guairá, retoma a mobilização das lideranças políticas e deve desencadear nos próximos dias nova série de manifestações.

Até agora o Congresso Nacional se mostra impotente na queda de braço com a FUNAI, que semanalmente financia a ida de indígenas para manifestações em Brasília.

O poder de pressão indigenista faz crescer entre os proprietários rurais ameaçados, a convicção de que algo precisa ser feito e com uma certa urgência, sob pena de as demarcações atingirem também outros municípios.

Hoje a tarde , a partir das 13 horas e 30 minutos, será realizada uma reunião na sede da UNIPAR em Guairá, com presença de representantes da Federação da Agricultura do Estado do Paraná e lideranças políticas, dentre as quais o deputado federal Dilceu Sperafico.

De acordo com a prefeita de Mercedes , Cleci Loffi, é urgente uma efetiva mobilização das lideranças políticas do Paraná, porque a ameaça cresce a medida em que não são tomadas providências em defesa das propriedades rurais.



---

**Educadores trocam experiências durante Seminário de Educação Indígena**  
SÍTIO PORTAL DO SERVIDOR/GO, 17.03.2014

*Balanco dos três dias de atividades foi positivo para organizadores e participantes*

Eniana Pereira Guimarães Rodrigues é diretora de escola pública. De uma, não. De cinco. De cinco escolas e de sete extensões, todas localizadas na área dos Calunga, na regional de Educação de Campos Belos. São 12 unidades educacionais sob a sua responsabilidade. Escolas diferenciadas por atender estudantes de comunidades quilombolas. Mas, as dificuldades inerentes às condições de localização dessas escolas não tiram o entusiasmo e a alegria dessa gestora que esteve entre os 70 participantes do 1º Seminário Goiano de Educação Indígena e Diversidade Camponesa, nestes três últimos dias, em Goiânia, discutindo a implementação da política estadual de educação indígena, quilombola e do campo.

Para Eniana, o seminário trouxe a troca de experiências entre os que atuam nas escolas do campo e isso foi muito importante. "Eu tinha muita curiosidade de saber, por exemplo, como funcionam as escolas indígenas e o que outros gestores de escolas quilombolas estão fazendo, como conduzem a educação, então esse encontro me permitiu ver e conhecer o que o outro está fazendo e como está fazendo", disse a diretora do Colégio Estadual Calunga I, com sete extensões; e das escolas estaduais Calunga II (três extensões), Calunga IV (uma extensão) e Calunga V (uma extensão). Ao todo, ela é responsável por 94 profissionais da educação e por 520 alunos Calunga.

Segundo a gestora das escolas Calunga, o ensino numa escola no campo deve respeitar o modo de vida da comunidade. "Tem a questão de transporte para os estudantes, muitos andam a pé por mais de cinco quilômetros até a escola, não têm bicicleta e moram em locais onde o transporte escolar não tem acesso" afirmou Eniana. "É preciso uma maior flexibilidade no currículo também", acentuou. Outra demanda que ela apresentou, durante o seminário, foi a necessidade de ter em cada uma das 12 escolas um profissional que coordene os trabalhos, ouça a comunidade e repasse a ela os principais anseios e necessidades de cada uma, para que as suas atribuições sejam cumpridas da melhor forma possível.

#### Legislação, mitos e currículo

No Seminário de Educação Indígena e Diversidade Camponesa, promovido pela Secretaria da Educação, com apoio do Conselho Estadual de Educação (CEE), do Ministério Público do Estado de Goiás e de universidades, os professores, tutores, coordenadores e gestores participaram de conferências e de rodas de debates e relatos de experiências. A a superintendente de Ensino Fundamental, Viviane Pereira da Silva Melo, apresentou os marcos legais da educação no campo, entre eles a Lei 18.230, de dezembro do ano passado, que instituiu no estado de Goiás a Política Estadual de Educação do Campo.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 48./ 2014

Brasília, 17 de março de 2014.

Antes de Viviane Pereira, a professora Heloisa Capel, da Universidade Federal de Goiás (UFG), falou sobre "Os mitos como estratégia de formação de docentes indígenas". O superintendente de Inteligência Pedagógica e Formação, da Secretaria da Educação, falou aos participantes sobre o currículo referência da rede estadual e como ele poderá contemplar as comunidades do campo.



---

**MPF se reúne com vice-governador do Amazonas para garantir regularização fundiária em unidades de conservação**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.03.2014

*Em reunião com o MPF, vice-governador do Amazonas manifestou apoio às medidas de concessão de direito de uso de terras públicas às comunidades tradicionais localizadas em reservas extrativistas e florestas nacionais*

**MPF AM**

O procurador da República Julio José Araujo Junior, em reunião com o vice-governador José Melo, pediu apoio na conclusão dos processos de regularização fundiária das terras estaduais em unidades de conservação federais no Amazonas. As unidades incluem reservas extrativistas e florestas nacionais, que se caracterizam pelo uso sustentável dos recursos naturais pelas populações que nelas habitam.

No reunião, realizada dia 13 na sede do Governo do Amazonas e que contou também com a participação do representante do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), Manoel Cunha, o procurador entregou ao vice-governador cópia do parecer da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), favorável à concessão do direito de uso das terras de propriedade do Estado do Amazonas às comunidades tradicionais.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), responsável pelo acompanhamento do uso dos recursos nas unidades de conservação, já se manifestou favoravelmente aos termos estabelecidos para a concessão, e a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) está finalizando a análise dos documentos apresentados.

O vice-governador afirmou que compreende a necessidade da concessão para o desenvolvimento das comunidades tradicionais do interior do estado e que adotará os esforços necessários à concretização da regularização fundiária destes territórios.

Acesso a crédito – No Amazonas, mais de 2.600 famílias vivem em unidades de conservação federais localizadas em áreas de propriedade estadual. Sem a concessão do direito real do uso destas terras, os moradores não têm como garantir o desenvolvimento local com projetos de cultivo e manejo por não terem acesso a linhas de crédito.

Além das terras estaduais, as comunidades precisam do direito de uso das áreas de várzea, que são de propriedade da União, para produzir. A minuta do termo de concessão do direito de uso das terras federais, a ser assinada conjuntamente pela União e pelo Estado do Amazonas, foi encaminhada pela SPU à Advocacia-Geral da União (AGU), para análise jurídica.

Desde 2012, o Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) tem acompanhado a questão por meio de inquérito civil público. O objetivo do inquérito é aproximar os diferentes órgãos e

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 48./ 2014

Brasília, 17 de março de 2014.

---

promover a integração das diversas esferas de atuação no processo de regularização fundiária, buscando soluções em conjunto que atendam aos anseios das comunidades.

Além do MPF, da PGE, do ICMBio, da SPU e do CNS, participam do grupo de trabalho criado para construir os termos da concessão do uso da terra o Instituto de Terras do Amazonas (Iteam), o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Assessoria de Comunicação  
Procuradoria da República no Amazonas



## **Índios Kaingang acampam na Esplanada dos Ministérios, em Brasília e bloqueiam BR-285 no RS**

SÍTIO CIMI, 17.03.2014

Por Egon Heck,

de Brasília

A lua linda ilumina os passos dos guerreiros rumo à Esplanada dos Ministérios. Quando o sol timidamente desponta por detrás do poder, os Kaingang já estão construindo seu espaço de reivindicação e enfrentamento para os próximos dias. Eles vêm do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde ultimamente foram proferidos os discursos mais racistas e anti-indígenas e os processos de regularização das terras/territórios indígenas estão totalmente paralisadas.

Aproximadamente 46 indígenas chegaram de 21 terras e acampamentos indígenas e exigem a aceleração dos processos de regularização. "Temos pressa. Chega de papo furado. Vamos ficar aqui acampados até o ministro da Justiça dar andamento aos processos das terras, paralisados há mais de dois anos. Guerra é guerra se é só isso que entendem", afirmou uma das lideranças.

Cerca de 500 indígenas Kaingang bloquearam a BR-285 na altura do município de Gentil, na manhã de hoje, (17) e ocuparam a regional da Funai, em Passo Fundo-RS. A rodovia interliga os municípios de Vacaria a São Borja. Os indígenas reivindicam demarcação das terras, também manifestam apoio às mobilizações, em Brasília e denunciam os comentários racistas do deputados federais, Luiz Carlos Heinze (PP) e Alceu Moreira (PMDB).

"O bloqueio na BR-285 só vai terminar quando tivermos uma resposta concreta a respeito das terras Kaingang aqui no Sul. Temos vários acampamentos espalhados aqui, mas a Funai e o Ministério da Justiça parecem querer não encontrar uma solução. A manifestação só vai terminar quando tivermos uma resposta. Outra pauta nossa é sobre os comentários anti-indígenas de Heinze e Alceu, pois incitam a violência contra nosso povo, inclusive já enviamos um documento ao Ministério Público Federal manifestando nossa indignação", aponta Isaías Jacinto Kaingang.

A situação dos indígenas no Sul do Brasil é calamitosa, muitos vivem acampados na beira de rodovias, onde aguardam a demarcação de suas terras. As moradias são de lona e madeira à beira das estradas, onde os indígenas são vítimas constantemente de atropelamentos. Na maioria dos acampamentos a Funai iniciou o processo de demarcação, porém sem finalização do processo administrativo. Em 2012 o jornal indígena, o Porantim percorreu os acampamentos indígenas no sul do Brasil e a situação parece não mudar desde a publicação da reportagem. "Faz dois anos que o governo federal não mexe em nenhum processo no Sul do Brasil", afirma Isaías Jacinto Kaingang.

CONT.



---

## História de luta e resistência

Os Kaingang e Guarani do Sul do país têm enfrentado situações terríveis de violência e invasão de seus territórios sofrendo discriminação e atitudes racistas por parte do modelo político e econômico de ocupação da região. Chamados de caboclos ou bugres, nunca foram aceitos como cidadãos desse país, muito menos enquanto povos diferenciados com seus direitos étnicos e culturais reconhecidos e respeitados. Seus territórios foram sendo invadidos e tomados pelas frentes de expansão agropecuária e as populações indígenas confinadas em pequenas áreas.

Em 1978, a situação estava dramática. Todas as terras indígenas do Sul do país estavam invadidas, algumas transformadas em áreas de preservação e outras destinadas aos latifundiários ou projetos de colonização. A Terra Indígena, Nonoai, estava ocupada por mais de 10 mil não indígenas, todos incitados por políticos a ocuparem terras dos índios, pois o governo se comprometera a legalizá-la para os latifundiários. Diante disso, os Kaingang exclamavam: "Ou morremos pelas invasões ou recuperaremos nossas terras". E partiram para a luta. Uma verdadeira guerra de expulsão dos invasores. Numa mesma noite queimaram as cinco escolas de vilas de colonos dentro da área. Estrategicamente colocaram todos os invasores para fora sem apelo à força ou armas, a não serem as armas da cultura e a coragem guerreira.

"É nós mesmos que resolvemos. Agora teremos que resolver novamente a recuperação e demarcação de nossas terras", reiterava os indígenas. Hoje existem dezenas de acampamentos Kaingang e Guarani, sem que o Governo Federal dê qualquer sinal de regularização dessas terras. "Não aceitaremos essas vergonhosas e enganosas mesas de negociação. Direito não se negocia!", os indígenas exigem a imediata retomada da regularização – identificação, portaria declaratória, demarcação e homologação dos processos paralisados, nas mesas e gavetas do ministro, Funai e presidência da República.

## Índios e colonos na mesma luta

Uma realidade promissora neste acampamento é a presença de agricultores que estão unidos aos índios para exigir solução da questão da terra, devolvendo a terra aos índios, indenizando e reassentando os pequenos agricultores.

Aliás, essa tem sido a bandeira do movimento indígena e de seus aliados, especialmente o Cimi, cobrando sempre uma ação efetiva do Estado brasileiro no sentido de reconhecer os direitos originários dos índios e os direitos dos pequenos agricultores: a terra para plantar e viver. Foi desse processo de Nonoai que nasceu o MST.

A agenda do acampamento vai sendo construída na medida em que forem se desenrolando as atividades junto aos diversos Ministérios, no Congresso. Os indígenas já solicitaram uma audiência com o ministro da Justiça, do qual exigem respostas imediatas. Um documento com as reivindicações será entregue ao ministro, José Eduardo Cardozo.

## Homenagem à guerreira Ana Fortes Fendô

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 48./ 2014

Brasília, 17 de março de 2014.

Há duas semanas, faleceu uma das baluartes guerreira, com mais de cem anos de idade, lutadora pela terra, razão pela qual esteve várias vezes em Brasília. Os Kaingang deste acampamento fazem desse momento de luta uma homenagem a todos e todas que lutaram e possibilitaram a resistência até agora.

Serviço:

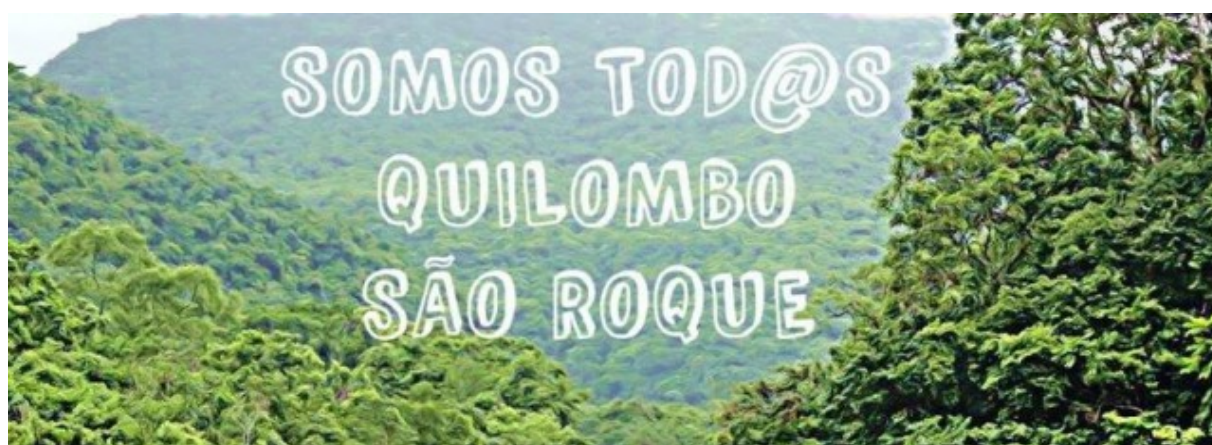
O que: Mobilização Indígena Kaingang

Onde: Esplanada dos Ministérios

Contato: Assessoria Imprensa (Cimi), 2106.16.66

**Manifesto em defesa da Comunidade dos Remanescentes do Quilombo São Roque, Praia Grande, SC**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.03.2014



Ato em Defesa do Quilombo São Roque: dias 21 a 23 de março, na Praia Grande. Detalhes AQUI

([https://www.facebook.com/events/1476288875923312/?ref=3&ref\\_newsfeed\\_story\\_type=regular](https://www.facebook.com/events/1476288875923312/?ref=3&ref_newsfeed_story_type=regular)).

A Comunidade dos Remanescentes do Quilombo São Roque, localizada nos municípios de Praia Grande, Estado de Santa Catarina, é formada por 60 famílias, sendo que apenas 30 famílias residem na localidade de Pedra Branca, os demais expulsos pelas imposições do extinto IBAMA-SC, hoje Instituto Chico Mendes da Biodiversidade- ICMBIO. Local de valor ambiental inestimável, coberto pela Mata Atlântica, situa-se entre as "grotas" (divisão natural entre os morros também conhecidas como canyons).

Tradicionalmente os remanescentes dedicam-se principalmente ao plantio de culturas de subsistência como, cana-de-açúcar, milho, feijão e mandioca e criação de animais de pequeno porte.

Os parques nacionais – Aparados da Serra e da Serra Geral – foram fundados na década de 70 sem considerar a vivência histórica da comunidade naquele território. Este se configura os maiores conflitos da Comunidade, decorrente das tensões geradas pela sobreposição das áreas destinadas à preservação ambiental, instituídas com a criação dos parques nacionais no local, sobre o território da Comunidade. Estes conflitos têm comprometido a produção econômica da Comunidade, uma vez que historicamente foram impostas restrições severas à utilização do espaço e redução das áreas anteriormente utilizada na forma tradicional.

Diante desta situação, a comunidade que durante séculos tem resistido buscando uma vivência com dignidade encontra a partir 2003 com a criação do Decreto 4.887/03, o caminho para

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 48./ 2014

Brasília, 17 de março de 2014.

reconstruir sua identidade e retomar o território perdido por opressão e racismo do IBAMA/ICMBIO e dos interesses econômico de Empresários e Poder Público local.

Após 10 anos de resistência, no dia 21 de fevereiro de 2013, a Comunidade de São Roque e o Instituto Chico Mendes da conservação da Biodiversidade – ICMBIO, em reunião no salão comunitário pactuaram uma minuta para FIRMAR um termo de compromisso VISANDO REGULAMENTAR O USO E O MANEJO NAS ÁREAS DE SOBREPOSIÇÃO ENTRE O TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE SÃO ROQUE E OS PARQUES NACIONAIS DE APARADOS DA SERRA E DA SERRA GERAL.

Este termo obteve parecer favorável da comissão técnica e da Procuradoria do ICMBIO e assinatura do Presidente Roberto Vizentin, conforme documento (em anexo). No entanto atendendo os interesses citados acima e por ingerência da Ministra Izabel retrocede e estabelece o conflito novamente.

A COMUNIDADE ENCAMINHOU UMA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA A EXECUÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO PLANTIO E CONSTRUÇÃO DAS CASAS AO ICMBIO.

A resposta do Presidente do ICMBIO foi cruel e desumana, pois retrocede a 10 anos atrás e recomenda o reassentamento da Comunidade.

No dia 13 fevereiro Movimento negro unificado – MNU-SC realizou um seminário com as comunidades Quilombola e Movimentos sociais com o objetivo de denunciar os ataques do Governo Federal as Comunidades Quilombolas. Neste Seminário, que contou com a participação dos Sindicatos, representações dos Movimentos Sociais e Parlamentares, a Comunidade São Roque fez um relato da situação vivida e pediu ajuda.

O Seminário foi encerrado com os seguintes encaminhamentos:

-CRIAÇÃO DE UMA FRENTE EM DEFESA DOS DIREITOS QUILOMBOLA COM O LEMA – “ SOMOS TODOS S ãO ROQUE.” CULMINANDO COM UM ATO NO DIA 21 DE MARÇO, NA COMUNIDADE.

PARA A REALIZAÇÃO DO ATO PRECISAMOS AMPLIAR A FRENTE, JUNTE-SE A NÓS.

Participe do Ato em Defesa da Comunidade São Roque nos dias 21.22 e 23 de março na comunidade.

“SOMOS TODOS São Roque”

Para apoiar o Manifesto, envio e-mail para [raquelmombelli@yahoo.com.br](mailto:raquelmombelli@yahoo.com.br).



## **Indígenas denunciam descaso com a Funai em Parintins**

SÍTIO REPORTER PARINTINS, 17.03.2014

O sucateamento do serviço público prestado pela Fundação Nacional do Índio (Funai) em Parintins vai desde a falta de materiais de expedientes, aluguel em atraso, ameaça do corte no fornecimento de energia, voadeiras e carros parados por falta de combustível e manutenção, entre outros. Esse é o retrato vivo da situação que passa a Coordenação Técnica Local (CTL) da Funai no município.

De acordo com o coordenador do órgão, Pedro de Paula Ramos, o caos se instalou no órgão desde a publicação do Decreto nº 7.056/2009, assinado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando anunciou a reestruturação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). O decreto extinguiu a Administração Regional do órgão no município deixando cerca de 12 mil índios do Baixo Amazonas desassistidos, sem perspectivas e acumulando inúmeros problemas nas comunidades indígenas.

O indígena Elito Barbosa da Silva afirma que as aldeias estão abandonadas, sem assistência técnica, social e carente de projetos para a produção de alimentos. . Os índios culpam o governo petista em querer acabar com as populações indígenas em não rever o decreto assinado pelo ex-presidente Lula e lamentam o descaso que a presidência nacional da FUNAI impõe às etnias indígenas do Baixo Amazonas.

### **Questionamento**

O coordenador do órgão, o indigenista Pedro de Paula Ramos, informou que recentemente recebeu da Amazonas Energia o aviso de corte. "Fiz uma negociação com a concessionária de energia, mas o prazo se encerrou sexta-feira (14), mandei que o nosso representante levasse as faturas para Maués onde está sendo realizado o encontro do Comitê Gestor Indígena e apresentasse aos conselheiros indígenas", declarou.

Pedro destaca que os servidores tiram dinheiro do bolso para mandar consertar ar condicionados e CPUs, além de gastarem com cópias e serviços de impressão. "Tive que pagar também o conserto do ar condicionado do meu gabinete porque era insuportável permanecer aqui dentro com a quentura", comentou.

O técnico administrativo Joel Martins expõe que os trabalhos na CTL estão paralisados porque a Coordenação Estadual da FUNAI não encaminha recursos, nem combustível, materiais de expedientes, não paga as contas dos telefones fixos para contato, entre outros. "Os carros e voadeiras do órgão estão comprometidos por falta de combustível e manutenção, além de computadores sucateados por seu período de utilização ter inspirado" explicou.

Joel assegurou que alguns materiais de expedientes que ainda restavam no órgão eram da época em que o indigenista Victor Santana estava à frente da administração. "Usamos os materiais que ainda dispomos de forma regrada. Se um servidor precisa, por exemplo, de 20 folhas de papel, entregamos apenas 10, se não vai acabar", revelou.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 48./ 2014

Brasília, 17 de março de 2014.

Ambientalistas e indígenas pensam formar movimentos e realizar atos de manifestação pública contra as ações do Governo Federal que, segundo eles, desestruturou os órgãos federais, deixando os assentamentos e reservas indígenas sem assistência.

O indígena Elito Barbosa da Silva, tuxaua da comunidade indígena Ponta Alegre do Rio Andirá, município de Barreirinha, comenta que desde a desativação da administração regional a comunidade indígena enfrenta inúmeros problemas. O líder indígena culpa a morosidade do tuxaua geral da reserva Sateré Mawé do Rio Andirá em não reunir com outras lideranças e elaborar um documento para ser encaminhado à Procuradoria-Geral do Ministério da Justiça (PGMJ) e Procuradoria do Ministério Público Federal (MPF) pedindo a desativação definitiva da Coordenação Estadual da FUNAI pelo fato da CTL/Parintins não estar sendo atendida, bem como causando transtornos às etnias Sateré Mawé e Hexkariana. "Não temos mais atenção e nem investimentos em projetos e expedições de documentações. O patrimônio público está sendo destruído, os automóveis e embarcações marítimas do órgão estão se acabando por falta de manutenção e gasolina, além do sucateamento de equipamentos de informática, entre outros", enumerou.

Para o indígena, um processo anterior já está nas mãos do procurador do Ministério Público Federal denunciando o descaso da coordenação estadual com as CTLs do Estado. Assim como a FUNAI, o governo petista, por meio de decretos e resoluções, estrangulou também as ações do INCRA e IBAMA no Amazonas, desestruturando todas as unidades do órgão da reforma agrária e meio ambiente, entre elas, o escritório regional do IBAMA e unidade avançada do INCRA.

Fernando Cardoso  
Especial Para o Repórter Parintins



---

**Mil adolescentes serão vacinadas contra HPV nas aldeias a partir de hoje**

SÍTIO FOLHA DE DOURADOS, 17.03.2014

Começa nesta segunda-feira a vacinação contra o HPV nas escolas da Reserva Indígena de Dourados. As primeiras a receber os agentes serão as instituições de ensino Ramão Martins e a Laqui.

As demais escolas indígenas em que as alunas serão vacinadas são a Tengatuí Marangatu (dias 18 e 21), Agostinho (dia 18), Pai Chiquito (dia 18), Araporã (dias 19 e 20) e Francisco Meireles (dias 19 e 20).

De acordo com o Núcleo de Imunização da Prefeitura de Dourados, a meta é vacinar 1.038 adolescentes nas aldeias. Nas comunidades indígenas, a faixa etária do público-alvo é ampliada porque estas têm chance de se expor ao risco mais cedo. São vacinadas adolescentes entre 9 e 13 anos de idade nas aldeias, enquanto nas demais localidades a idade é entre 11 e 13 anos.

As doses da vacina já estão disponíveis nas quatro unidades básicas de saúde da família localizadas nas aldeias Jaguapiru e Bororó, assim como nos outros postos de saúde localizados fora da reserva. A aplicação é feita mediante a autorização dos pais ou responsáveis, que podem obter informações sobre a campanha e a importância da vacina tanto nos postos de saúde de seus bairros quanto nas próprias instituições de ensino.

Antes de iniciar a campanha, a prefeitura realizou todo um preparo das equipes das unidades básicas de saúde e das escolas com reuniões. As instituições de ensino, por sua vez, realizaram encontros explicativos com os pais e os professores de biologia repassaram informações aos alunos sobre a vacina e a doença.

Além das aldeias, também recebem as doses nesta semana os alunos das escolas particulares Erasmo Braga (dia 17), Lumière (dia 18), Delphos (dia 19) e Sei (dia 20) e da Escola Estadual Ramona da Silva Pedroso (dia 20). A vacina nessas escolas será aplicada pelo Núcleo de Imunização com a colaboração de acadêmicos de enfermagem da Unigran.

Ao todo, 60 instituições vão receber os agentes até o dia 30 de abril, quando está previsto o término da campanha. Em Dourados, a meta é vacinar seis mil adolescentes.

Cada menina deve tomar três doses da vacina quadrivalente contra o papilovírus humano (HPV). A segunda dose deve ser tomada seis meses e a terceira dose cinco anos após a primeira, ou seja, a adolescente que tomar a primeira dose na campanha de março deste ano, deve tomar a segunda em setembro e a terceira em março de 2019.